

Revista

ENFRENTAMENTO!

Movimento Autogestionário

12

ISSN 1983-1684

O mundo anda tão confuso!!!



É necessário o Enfrentamento!
Analisar a totalidade social e constituir
um horizonte utópico que aponte
para a autogestão social!

Escolas não ensinam; os sindicatos contribuem
com a opressão da classe trabalhadora;
objetos e dinheiro predominam sobre os
seres humanos; a estratégia revolucionária
parece estar perdida.



REVISTA ENFRENTAMENTO

UMA REVISTA NA LUTA CULTURAL
MOVIMENTO AUTOGESTIONÁRIO

ISSN 1983-1684

EXPEDIENTE

A revista Enfrentamento é uma publicação do Movimento Autogestionário. Seu conteúdo está vinculado à perspectiva revolucionária autogestionária e intenta colaborar com a luta das classes e grupos oprimidos de nossa sociedade. O conteúdo dos textos é de responsabilidade exclusiva de quem os assina e não expressa, necessariamente, a concepção do conselho editorial ou do movimento.

Textos devem ser enviados para o endereço eletrônico:

enfrentamento@yahoo.com.br

Os textos devem ser enviados em preferencialmente formato ".rtf", podendo ser em ".odt" ou ".doc", com o máximo de 10 páginas. As margens devem estar formatadas com 2cm. Fonte Times New Roman, tamanho 18 para o título, 16 para subtítulos, 12 para autor, 12 para corpo do texto, 11 para citações maiores de 3 linhas e 10 para notas. O espaçamento deve ser de 1,5.

O corpo editorial publicará os textos que considerar coerentes com a perspectiva do movimento.

CORPO EDITORIAL

Diego Marques P. Dos Anjos

José Nerivaldo P. Da Silva

Lucas Maia

Mateus Orio

Capa

Diego Marques, Renan Nascimento e Mateus Orio.

Imagens extraídas da internet:

Michel Foucault e Karl Marx desenhados ao estilo do desenho *The Simpsons* de Matt Groening e *Hardy*, uma hiena pessimista e depressiva do desenho *Lippy the Lion & Hardy Har Har* produzido por Hanna-Barbera.

Sumário

EDITORIAL CRÍTICO	5
O CONTEÚDO ECONÔMICO DO SOCIALISMO EM LENIN É O MESMO QUE EM MARX? - Paresh Chattopadhyay.....	7
O DINHEIRO COMO VALOR FUNDAMENTAL - Nildo Viana	26
A BUROCRACIA ESCOLAR - Lucas Maia.....	36
AS CONTRIBUIÇÕES DE ÉLISÉE RECLUS PARA A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA - Marcos Augusto Marques Ataídes e João Gabriel da Fonseca Mateus	57
O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO COMO ESTRATÉGIA DOS CONGRESSOS OPERÁRIOS (1906, 1913, 1920) - João Gabriel da Fonseca Mateus	65
HANNAH ARENDT: DA IDEOLOGIA POLÍTICA BURGUESA DA CONCEPÇÃO DE REVOLUÇÃO À DETURPAÇÃO DO PENSAMENTO DE MARX - Adriano José Borges.....	77
TRADUÇÃO - Diego Marques e Marcelo Di Marchi (<i>Benefícios secundários do crime</i> - Karl Marx)	84
DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVAVT	89
POR UMA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES	90

EDITORIAL CRÍTICO

NÃO BATEMOS NA MESMA TECLA, SÓ APONTAMOS O QUE VOCÊ INSISTE EM NÃO VER.

Desde a última edição da Revista Enfrentamento já indicávamos a existência de indícios revolucionários que explodem na atualidade das sociedades capitalistas, e passados alguns meses tais indícios (como as greves gerais na Europa, manifestações em massa, golpes de estado, conflitos armados, criação de centros sociais, multiplicação da propaganda revolucionária ao redor mundo, entre inúmeros outros acontecimentos) se reafirmam cotidianamente, sendo contidos pela violenta reação da classe capitalista e de seus representantes que ganha força em várias partes do planeta: denúncias de torturas, massacres e toda forma de violência pela polícia, ascensão de militares em cargos do poder legislativo e executivo, a grande mídia segue todo-poderosa condenando as diversas lutas sociais, afirmando o direito sagrado do trabalho em países com massivas greves gerais e também as lamentáveis cenas de “militantes” do Partido Comunista Grego defendendo o parlamento Grego e atacando com pauladas e bombas as manifestações de repúdio às políticas neoliberais aprovadas recentemente nesse país. Todos esses acontecimentos fazem parte do cenário atual da luta de classes, o que está apontando para a inviabilidade histórica do Regime de Acumulação Integral enquanto etapa atual da acumulação do capital, mais destruidora do que nunca.

Ao que tudo indica, mais uma vez a classe trabalhadora vai pagar as contas da fanfarra que satisfaz os bolsos do grande capital nas últimas décadas o que vem se traduzindo no crescimento da miséria em várias partes do planeta, enquanto em outros países o ilusório crescimento econômico ajuda a conter em certa medida a insatisfação popular, como vem sendo o caso do Brasil e outros países periféricos que sustentam a acumulação de capital nos países de capitalismo central. Mas agora que a crise se avoluma e toma a forma de mais miséria e sofrimento para as classes trabalhadoras, novos dilemas aparecem: como conseguirá a classe trabalhadora europeia enfrentar a crise e obter respostas satisfatórias sem que não resulte em mais exploração nos países de capitalismo subordinado? Até que ponto vai a estabilidade capitalista que ao diminuir a exploração do proletariado em determinadas regiões do planeta necessita inevitavelmente intensificar a exploração em outras regiões? Como a classe trabalhadora conseguirá obter respostas satisfatórias à nova dinâmica da luta de classes?

Uma coisa, contudo, é certa: somente o enfrentamento direto e radical entre as classes conseguirá expor os caminhos abertos para o novo horizonte utópico que se espreita alhures e aponta saídas concretas e viáveis historicamente para a necessária emancipação da humanidade. Diante dos dilemas que a luta de classes traz para a classe trabalhadora, bem maiores que para os detentores do poder e dos meios materiais de destruição em massa da população mundial, essa mais nova edição da Revista Enfrentamento continua a sua crítica a todas as instituições e ideologias da sociedade capitalista. Assim, trazemos para os leitores interessados e com a perspectiva de radicalizar na luta a crítica às relações sociais de propriedade capitalista feita por Paresh Chattopadhyay e as ambiguidades e contradições que a luta contra a propriedade podem trazer, tendo como o mais drástico resultado a deformação de Lênin às concepções de Marx. A materialização da instituição do dinheiro na consciência dos seres humanos é denunciada por Nildo Viana, crítico da sociedade em que o dinheiro aparece como valor fundamental para milhões de seres humanos. A crítica da burocracia escolar é desenvolvida por Lucas Maia, demonstrando tanto a força dessa classe social, como as contradições do ambiente escolar que, na sociedade hiper-mercantilizada e burocratizada, secundariza cada vez mais seu objetivo final, a relação ensino-aprendizagem. Em contra partida, também são realizados apontamentos sobre as possibilidades de superação das contradições desse mesmo ambiente (escola) produzido na sociedade capitalista, o que é feito por Marcos Ataídes e João Gabriel da Fonseca Mateus demonstrando que o desenvolvimento de uma perspectiva Anarquista no interior do conhecimento geográfico pode trazer contribuições para a Educação Libertária. O terceiro conjunto de textos apresenta como a estratégia de luta dos trabalhadores é passível de transformações e deformações ao longo do tempo: primeiramente, João Gabriel da Fonseca Mateus expõe as origens históricas do sindicalismo revolucionário e ao mesmo tempo aponta que sua derrota representou uma ofensiva das classes dominantes, através do Estado, e a criação da burocracia sindical. Em seguida, Adriano José Borges demonstra o quanto numa perspectiva burguesa é passível de se deformar propostas de luta dos trabalhadores, o que é feito através da crítica à Hanna Arendt e a velha separação típica do pensamento burguês entre necessidade e liberdade. Há, por último, uma tradução do texto de Karl Marx “Benefícios secundários do crime”, em que se comprova que mesmo as ações mais condenadas têm sim uma razão de existir em meio às infinitas contradições da sociedade capitalista.

Sem mais delongas...

Boa leitura.

O CONTEÚDO ECONÔMICO DO SOCIALISMO EM LENIN É O MESMO QUE EM MARX?*

Paresh Chattopadhyay

Economic and Political Weekly (Mumbai) 26 de janeiro de 1991

No texto a seguir, propomos discutir criticamente como Lenin concebeu o socialismo como uma nova forma de sociedade e em que extensão seu conceito de socialismo pode ser considerado marxista. Tal como indica o título deste artigo, atentaremos basicamente para o teor econômico do socialismo, tomando-o puramente como uma categoria teórica. Cumpre enfatizar-se que não estamos preocupados aqui com as políticas (práticas) acalentadas por Lenin, antes ou depois de Outubro de 1917, em busca da concretização do socialismo. Nosso artigo é um exercício de teoria pura.

Na sequência, a Seção I resume as principais ideias de Lenin sobre o teor econômico do socialismo, a Seção II examina essas ideias sob o prisma dos respectivos escritos de Marx, enquanto que a Seção III conclui o artigo.

I

A discussão sobre o socialismo considerado como uma formação socioeconômica específica não aparece muito nos escritos de Lenin, antes de 1917, como uma categoria teórica. Mesmo assim, é difícil aceitar a afirmação feita por um economista húngaro contemporâneo de que “antes da revolução socialista de 1917, Lenin somente fez alusões esporádicas acerca dos padrões da economia socialista” (1). Na verdade, a partir da tomada do poder político pelos Bolcheviques, em outubro de 1917, o problema de se construir uma economia socialista em seu país gradativamente preocupou a mente de Lenin. Entretanto, enquanto essa preocupação cingia-se à implementação prática do socialismo, a discussão mais compreensível de Lenin sobre socialismo como categoria puramente teórica – particularmente no que tange seu teor

* Tradução de Cibele Motta. Revisão de Nildo Viana. Tradução e publicação autorizada pelo autor.

O tema do presente trabalho foi apresentado primeiramente em uma “Conferência sobre a Tradição Intelectual Marxista” interdisciplinar da Universidade Estadual de Nova Iorque, em Buffalo, em 27-29 de abril de 1990. Mais tarde, esse foi o assunto de uma palestra na Universidade Central, em Hyderabad, em julho de 1990. Somos gratos aos participantes nestes encontros por seus comentários críticos e, particularmente, a N Krishnaji e Paul Zarembka por seus encorajamentos.

As citações dos textos de Lenin e dos textos de Marx em outras línguas que não o inglês são apresentados com nossa própria tradução. No entanto, para a conveniência dos leitores, apresentamos – onde pudemos – as referências para as versões padrão em inglês dos textos relevantes lado a lado.]

econômico – precede a tomada do poder ocorrida em Outubro e é encontrada principalmente no famoso, embora incompleto, panfleto *O Estado e a Revolução*. Por outro lado, nos escritos de Lenin pós-Outubro aparecem importantes formulações teóricas sobre o socialismo. No presente artigo, tentaremos comentar o que consideramos serem os escritos mais importantes de Lenin sobre a economia socialista, antes e depois de Outubro de 1917, de modo que atentaremos particularmente para a importante discussão travada em *O Estado e a Revolução*.

Lenin faz uma distinção entre socialismo e comunismo, bem como identifica o socialismo com o que já é, segundo Marx, a “primeira fase do comunismo”. Desse modo ele sustenta que “do capitalismo a humanidade pode passar diretamente apenas para o socialismo” e que “o socialismo deve inevitavelmente crescer... gradualmente tornando-se comunismo” (2). Outrossim, após levantar a questão “o que é comunismo e o que o distingue do socialismo?”, Lenin responde que o comunismo é uma “forma superior de sociedade” comparada ao socialismo, este último sendo a “primeira forma da nova sociedade” (3). Por outro lado, Lenin associa explicitamente o “socialismo” com a “primeira fase do comunismo” aventada por Marx (4), enquanto que se refere, ao mesmo tempo à “distinção científica entre socialismo e comunismo” (5). De acordo com esse último argumento ele aduz a duas “transições” distintas, uma “do capitalismo ao socialismo” e a outra “do socialismo ao comunismo” (6).

Com relação ao próprio socialismo, Lenin concebe-o como um sistema de “propriedade social dos meios de produção e de distribuição de produtos conforme a medida de trabalho de cada um” (7). Por “propriedade social dos meios de produção” ou, alternativamente, “a propriedade comum de toda a sociedade sobre os meios de produção” (8), Lenin alude – negativamente falando – à abolição da “propriedade privada dos meios de produção” (9), em que, novamente, por “propriedade privada” ele refere-se à “propriedade privada de indivíduos separados (otdel'nykh lits)” (10). No socialismo “os meios de produção não são mais propriedade privada de indivíduos separados, os meios de produção pertencem a toda a sociedade” (11). Positivamente falando, “a propriedade social dos meios de produção” significa, para Lenin, “os meios de produção pertencendo ao poder estatal da classe trabalhadora”, ou “a propriedade dos meios de produção estando nas mãos do estado (classe trabalhadora)”, tal como ele aduz em um de seus artigos (12). Ele qualifica as empresas como sendo de “tipo socialista conseqüente” quando estas, incluindo o “terreno em que elas estão localizadas”, pertencem ao “Estado (classe trabalhadora)” (13).

Dando continuidade sobre a transformação da forma de propriedade, Lenin observa que, sob o socialismo, “será impossível usurpar os meios de produção e torná-los propriedade privada, a exploração do indivíduo pelo indivíduo será impossível” (14).

No tocante às relações de distribuição no socialismo – compreendido na acepção de Marx como “primeira fase do comunismo” – Lenin, parafraseando as *Glosas Marginais* de 1875, de Marx, nota que “todo membro da sociedade, desempenhando certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe da sociedade um bônus dando conta de que ele/ela fez certa quantidade de trabalho”. Assim, “depois de feita uma dedução da quantidade de trabalho destinado ao fundo público” cada trabalhador recebe, em troca do bônus, uma quantia correspondente de produtos vindos da reserva pública de bens de consumo e, logo, “recebe da sociedade tanto quanto ele/ela deu para aquela”. Seguindo Marx textualmente, Lenin indica que esse “direito igualitário” do trabalhador, ao aplicar uma medida igual para pessoas diferentes, implica, de fato, desigualdade e, por isso, não ultrapassa o “estreito horizonte do direito burguês”. Lenin conclui que esse “direito burguês”, no socialismo, requer a presença do “estado burguês” para endossá-lo, claro, “sem a burguesia” (15).

Lenin adiante observa, referindo-se à “primeira fase do comunismo”, que, porquanto o comunismo não pode ainda libertar-se inteiramente das tradições ou vestígios do capitalismo, haverá (na sua fase inicial) “igualdade de todos os membros da sociedade (somente) em relação à propriedade dos meios de produção, isto é, igualdade de trabalho e remuneração” (16). Com certa distinção, todavia, na primeira fase da sociedade comunista “todos os cidadãos são transformados em empregados do estado... ou seja, um único sindicato estatal para todo o país... com igualdade de trabalho e salário” (17).

Finalmente, no que tange às relações de troca, Lenin exclui do socialismo a produção de mercadorias. O fim do capitalismo significaria para ele “a eliminação da produção de mercadorias” (18) e, na nova ordem social, “a distribuição de produtos organizada e por todo estado” deve “substituir o comércio” (19). Igualmente, o Programa Partidário adotado em 1919, sob sua liderança direta, enfatiza a necessidade de “aplicar medidas para estender a contabilidade sem utilização de dinheiro e para propiciar a eliminação do dinheiro” (20).

A postura de Lenin que acabamos de citar – a saber, a incompatibilidade do socialismo com a produção de mercadorias – refere-se aos seus textos compostos antes do início da “Nova Política Econômica” (NEP), em 1921. Há uma visão razoavelmente disseminada de que a aludida postura em seus escritos alterou-se com o

começo da NEP, e que, nesses escritos, Lenin enfatizou a compatibilidade, se não a necessidade, da produção de mercadorias com o socialismo (21). Tal visão, nós insistimos, não é totalmente correta.

O que mudou na perspectiva de Lenin, no período após o denominado “Comunismo de Guerra”, não foi sua postura básica acerca da produção de mercadorias com relação ao socialismo, mas, antes, a maneira pela qual ele encarava essa produção com relação à transição para o socialismo. De fato, como pode ser constatado mediante os escritos e discursos de Lenin após o período do “Comunismo de Guerra”, sua única preocupação durante os últimos anos de sua vida foi com os problemas específicos de se alcançar o socialismo – na ausência de revoluções proletárias na Europa Ocidental – na situação da economia retrógrada da Rússia, marcada fortemente por traços do pré-capitalismo.

A respeito disso, Lenin admite erros anteriores de política da liderança Bolchevique. “Nós”, escreve ele sobre o quarto aniversário de outubro, “somos reconhecidos por estabelecer – sob o comando direto do estado proletário – a produção e distribuição estatal de produtos em linhas comunistas num país de pequenos camponeses. A vida tem mostrado o nosso erro.” Agora ele percebe que em um “país de pequenos camponeses” (como a Rússia) o socialismo tem de ser alcançado “por meio do capitalismo de Estado” — “guiado” pelo “comerciante atacadista” (22). Lenin pede ao partido, na “economia de transição contemporânea do capitalismo para o socialismo” (23), para “captar o comércio como o elo... nas formas transitórias da [nossa] contribuição socialista... para criar a base para as relações socioeconômicas socialistas” (24). Quando Lenin afirma que “troca de mercadorias pelo campesinato” constitui “a base econômica do socialismo” (25), ele parece querer dizer que a produção de mercadorias e seu respectivo comércio, embora não sejam elementos do próprio socialismo, servem como “elos mediadores” para a “transição do patriarcalismo e da pequena produção para o socialismo” (26), como se fossem “passarelas firmes para o socialismo através do capitalismo estatal” (27). Ao contrário, “a troca socialista de produtos”, Lenin enfatiza, “não são mercadorias no sentido político-econômico do termo” (28).

Quando, em um de seus últimos escritos, Lenin assevera que “tem havido uma mudança radical em nosso ponto de vista sobre o socialismo”. Essa “mudança” tem pouco a ver com a postura fundamental de Lenin sobre a produção de mercadorias na sociedade futura. Essa “mudança”, na verdade, refere-se à nova ênfase no “crescimento da cooperação” e na necessidade de “revolução cultural” – longe da

preocupação anterior com a “conquista do poder político” – para “um avanço rumo ao socialismo” (*pereiti K sotsializmu*) exigindo uma “época histórica inteira” (29).

II

A

Anteriormente, referimo-nos à distinção entre o socialismo e o comunismo segundo Lenin, bem como sua identificação do socialismo com a “primeira fase do comunismo”. Essas contribuições são próprias de Lenin e não de Marx. Marx utiliza os termos “socialismo” e “comunismo” em lugares diferentes com indiferença e equivalência – sem fazer qualquer distinção entre eles – assim como outros termos equivalentes, tais como “união”, “associação” ou “sociedade de produtores” para designar a nova formação econômico-social, baseada no que ele chama de “modo de produção associado” (30), que sucederá a antiga formação baseada no modo de produção capitalista.

A não distinção de Marx entre o socialismo e o “comunismo” decorre naturalmente de sua periodização trifásica da evolução da sociedade humana com base na relação entre os produtores e suas condições de produção: “união original”, “separação” e “restauração da união original em uma nova forma histórica” (31) em que, como deve estar claro, a terceira fase refere-se à “sociedade de produtores livres e associados” superando “a separação”. (Quase duas décadas antes, Marx, igualmente, escrevera sobre “três formas sociais” de desenvolvimento humano: “dependência pessoal”, “independência pessoal baseada na dependência material” e “individualidade livre baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e no domínio de sua produtividade, comum e social, como seu poder social” (32), este último, por óbvio, referindo-se ao socialismo ou comunismo). Quando Marx, em suas “Glosas Marginais” de 1875, alude a uma fase “inferior” e outra “superior” em relação à sociedade do futuro, ele não está se referindo a duas sociedades baseadas em dois diferentes modos de produção, mas está se referindo a uma única sociedade que passa por duas fases históricas, assim como ele refere-se à subsunção “formal” e “real” do trabalho ao capital em duas fases distintas pelas quais uma única sociedade – a sociedade capitalista, baseada na separação dos trabalhadores das condições de produção – passa. Nesse sentido, Marx poderia muito bem falar em fase “inferior” e “superior” da sociedade “socialista” (33). De fato, em seu artigo “Enciclopédia” sobre “Karl Marx”, escrito às vésperas da primeira guerra mundial, Lenin, seguindo escrupulosamente Marx, não faz qualquer distinção entre socialismo e comunismo e,

em uma seção inteira dedicada à sociedade do futuro, fala exclusivamente do “socialismo” (34).

Deve-se enfatizar que o período que parte do capitalismo ao estabelecimento do “sistema republicano de associação de produtores livres e iguais” – como a *Resolução do Primeiro Congresso da Primeira Internacional* (esboçado por Marx) a denominou – é justamente chamado por Marx de o “período de transição política” de acordo com o papel absolutamente político do proletariado (35), que ainda não transformou o modo de produção capitalista (36). A ideia comumente aceita do socialismo como a transição entre o capitalismo e o comunismo não tem base nos textos de Marx (37).

B

No que diz respeito à própria sociedade socialista – assumindo, como Lenin, que esta é a tal “primeira fase do comunismo” de Marx – a postura de Lenin sobre a ausência de produção de mercadorias no socialismo – que abordamos anteriormente – parece estar em harmonia com a postura de Marx (nosso artigo, não sendo sobre Marx, não nos permite ir adiante à questão da produção de mercadorias com relação ao socialismo, como previsto por Marx). Nós simplesmente nos referimos aqui a dois textos de Marx, produzidos em dois períodos diferentes. “A necessidade de transformar o produto ou a atividade dos indivíduos em valor de troca”, diz o primeiro e mais antigo texto, “prova que a produção dos indivíduos é... não a consequência da associação que distribui o trabalho [social] entre em si... Aqui, os indivíduos estão subsumidos numa produção social que lhes é alheia e existe como uma fatalidade. Nada, portanto, é mais absurdo do que supor o controle dos indivíduos associados sobre sua respectiva produção com base no valor de troca” (38). O segundo texto, escrito duas décadas depois, refere-se especificamente à “sociedade comunista tão logo originada [*hervorgeht*] da sociedade capitalista” – em outras palavras, a sociedade designada por Lenin como “socialista” – e afirma que então “os produtores não trocam seus produtos [*tauschen ihre Produkte nicht ans*] e tampouco o trabalho empregado nesses produtos aparece como valor” (39).

Contudo, cumpre-nos anotar que a postura de Lenin sobre essa questão não está completamente livre de ambiguidades. Conquanto ele sustente que “a troca de produtos socialistas” “não [são] mercadorias” – como vimos acima –, ao menos em um lugar, entretanto, ele identifica “a troca socialista” com “um [certo] tipo de troca de mercadorias (*toverooobmen*)” e, daí, distingue-a da “compra, venda e troca ordinárias” (40).

No tocante à distribuição do produto social no socialismo, entendido como “primeira fase do comunismo” de Marx, Lenin adere amplamente ao princípio básico de Marx de distribuição de meios de consumo entre os membros da sociedade – após realizada a dedução necessária em favor dos fundos comuns – com base na quantidade de trabalho com que cada membro contribuiu para o total de trabalho social.

Por outro lado, ao contrário de Marx, Lenin dificilmente prevê a nova sociedade como uma sociedade de “produtores livres e associados” baseados no “modo de produção associado”. Abordando a questão basicamente pelo viés da propriedade, Lenin, entretanto, concebe o socialismo não em termos de “relações de propriedade” no sentido de Marx – isto é, “expressão jurídica” de uma relação específica de produção (41) –, mas em termos de uma forma específica de propriedade, isto é, propriedade estatal, negando, pois, a “propriedade privada de pessoas separadas”. Em segundo lugar, para Lenin, a negação da propriedade privada (individual) dos meios de produção, levando à propriedade estatal (proletária) é equivalente à “propriedade social” dos meios de produção que, por sua vez, significa, ao mesmo tempo, o fim da “exploração de pessoa por pessoa”, como observamos anteriormente. Em ambos os casos, Lenin, nós afirmamos, reduz consideravelmente o espectro marxista. Elaboremos, pois, nossa assertiva na seguinte subseção.

C

Marx assinala que a produção é simplesmente a “apropriação” da natureza por indivíduos “mediante o trabalho”, é “propriedade sobre o trabalho objetificado”. Assim, “o que aparenta ser um processo real é reconhecido como uma relação jurídica” (42). Nesse sentido, as relações de propriedade são simplesmente uma “expressão jurídica” das relações de produção, elas apenas “refletem” as relações econômicas (reais) que constituem seu “conteúdo” (43). Mas, dentro de uma relação idêntica de propriedade e correspondendo a uma relação específica de produção, podem haver diferentes formas de propriedade, como Marx mostra particularmente em relação ao capitalismo. Logo, sob a relação de propriedade capitalista, a propriedade particular e individual dos meios de produção – “propriedade privada de pessoas separadas”, como Lenin a chamaria - não é a única forma de propriedade, embora, historicamente, seja o ponto de partida para a expropriação dos produtores imediatos. No curso de seu desenvolvimento, a produção capitalista atinge um estágio em que as exigências da acumulação de capital são tais que este tem de ser “libertado” da propriedade privada individual e transformado em propriedade dos capitalistas “associados”, inaugurando, pois, o “capital diretamente social”, é claro, “com todas as suas contradições” (44).

A primeira forma de “capitalismo coletivo” Marx observa no capital social – mostrando a separação entre propriedade dos meios de produção e o processo de produção em si – em que, no próprio modo de produção capitalista, acontece a “abolição (superação) da propriedade privada nos meios de produção” (45). Uma segunda forma de “capitalismo coletivo” – sendo os capitalistas apenas “funcionários do capital” e não seus proprietários individuais – é representada pelo “próprio estado” como um “produtor capitalista [com] seus produtos igualados a uma mercadoria” mediante seu “emprego de trabalho assalariado produtivo” (46). Por outro lado, em um determinado estágio de acumulação de capital, a “centralização do capital chegaria ao seu limite... onde o capital total nacional constituiria apenas um capital único nas mãos de um único capitalista”, como anota Marx na versão francesa d’*O Capital* (vol I) (47). Esse “capitalista único”, poderíamos acrescentar, poderia muito bem ser o estado, dada sua existência como sendo capitalista. O capital, destarte, atingiria sua completa “libertação” de todas as restrições da propriedade privada individual. No entanto, o capital como uma específica relação de propriedade – “refletindo” sua relação de produção – permanece invariável sob essas diferentes (e mutáveis) formas de propriedade do capital. Em outras palavras, a partir de uma perspectiva marxista, mesmo na ausência completa da “propriedade privada” nos meios de produção, em seu sentido leninista, o capitalismo poderia continuar a existir. (Em sua discussão sobre o que ele chama de “capitalismo monopolista”, em seu *Imperialismo* (cap. III), Lenin, de fato, refere-se à separação da propriedade no capital da sua “aplicação” na produção, mas, curiosamente, sequer se refere à conclusão revolucionária a que Marx chegou sobre a irrelevância da propriedade privada individual dos meios de produção para a existência do capital) (48).

Por outro lado, “a propriedade privada capitalista” tem um outro significado mais profundo para Marx (e Engels), que não figura na discussão de Lenin. Aqui “propriedade privada” é o mesmo que propriedade de classe à qual se pudesse subsumir a propriedade capitalista seja individual ou coletiva. Como Marx assevera, tal é a “propriedade privada de uma parte da sociedade” (49), aqui os “meios de produção são monopolizados por uma parte distinta da sociedade” (50). Assim, quando o *Manifesto Comunista* declara que o comunista pode sintetizar sua teoria em uma única expressão: “abolição da propriedade privada”, esta última expressão é utilizada claramente no sentido de haver o “desaparecimento da propriedade de classe” (*Aufhören des Klasseneigentums*) (51). Outrossim, Marx escreve quase duas décadas e meia mais tarde: “a Comuna, eles exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda a civilização! Sim, senhores, a Comuna tem a intenção de abolir a propriedade de classe, o que torna o trabalho de muitos a riqueza de poucos!” (52). É

evidente que Marx condiciona a abolição do capitalismo à abolição da “propriedade privada capitalista”, não apenas no sentido da propriedade privada individual. Nesse aspecto fundamental, a “propriedade privada capitalista” é idêntica ao seu oposto, isto é, a não-propriedade dos trabalhadores (dos meios de produção) e, totalmente coincidente com relação de propriedade capitalista, continua a existir enquanto a produção capitalista existe, mesmo quando esta última tiver eliminado a propriedade privada dos meios de produção no sentido de Lenin.

Observamos anteriormente que o argumento de Lenin de que a abolição da propriedade privada individual dos meios de produção é equivalente à “propriedade comum” da sociedade sobre os meios de produção, esta última sendo, por sua vez, equivalente à “propriedade dos meios de produção” pelo “estado da classe trabalhadora”. Aqui, novamente, a postura marxista é diferente. É verdade que Marx também fala de “meios comuns de produção” (53), ou “propriedade comum dos meios de produção” (54), porém, ao contrário de Lenin, Marx não iguala isso nem com a abolição da propriedade privada dos meios de produção por “indivíduos separados”, nem com a propriedade estatal (proletária) dos meios de produção. Tomemos esses dois pontos.

Nós argumentamos acima que, segundo Marx, a eliminação da propriedade privada individual dos meios de produção não tem que esperar pela revolução socialista. Ela já foi alcançada pelo próprio capital no curso de sua acumulação. Naturalmente, a “propriedade privada capitalista”, no sentido fundamental marxista de propriedade de classe capitalista – alheia às formas específicas que ela assume – não pode, por definição, ser abolida pelo capital e é eliminada junto com o capital pela revolução socialista. Para Marx, a “propriedade comum” dos meios de produção refere-se à abolição da propriedade capitalista somente no último sentido. É nesse sentido, como afirma o *Manifesto Comunista*, que “a revolução comunista [ou revolução socialista] é a ruptura mais radical com a tradicional relação de propriedade”, em que, como vimos acima, “as relações de propriedade” são simplesmente “a forma jurídica de expressar as relações de produção”.

A “propriedade comum” ou “social” de Marx refere-se ainda à “apropriação real dos meios de produção, sua subjugação pela classe associada de trabalhadores (*unter die assoziierte Arbeiterklasse*)” (55). Essa propriedade não tem nada a ver com a propriedade estatal (“pública”). Com efeito, o regime proletário começa por “centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do estado”, tal como afirma o *Manifesto Comunista*. Todavia, esse ato que usualmente é chamado de

“nacionalização” nada tem a ver com o socialismo. Antes disso, ele é realizado como um processo de mediação para a “transformação desses meios de produção em instrumentos de trabalho livre e associado” (56). Essa mudança na forma de propriedade burguesa significaria, basicamente, que o proletariado primeiro tem de completar a tarefa inacabada, por assim dizer, pelo próprio capital antes de inaugurar – e como um meio de se inaugurar – sua própria emancipação. (Discutimos anteriormente que a ditadura do proletariado, conquanto modifique gradualmente o modo de produção capitalista, não o supera completamente antes de sua própria extinção).

É somente ao longo do tempo, com o desaparecimento do estado proletário, quando “todo o modo de produção revolucionar-se” e o socialismo começar, que a metamorfose real do que Marx chama de “propriedade capitalista privada” dará lugar à apropriação pela sociedade como um todo, porquanto só então “toda a produção está concentrada” não nas mãos do Estado – uma vez que o “poder público” perdeu “o seu caráter político” – mas “nas mãos dos indivíduos associados (*in den Handen der assoziierten Individuen*)” (57). Consequentemente, do ponto de vista de Marx, o argumento leninista sobre o fim da exploração de pessoa por pessoa simplesmente mediante a ausência da propriedade privada individual – referida anteriormente – não está bem correto. Na perspectiva marxista, tal exploração encerra-se somente com a eliminação da propriedade privada capitalista concebida como propriedade de classe que inclui a propriedade privada individual apenas como uma subclasse. De fato, no próprio texto que Lenin analisa e utiliza para sua conclusão, Marx não fala da propriedade privada dos “indivíduos separados” sobre as condições de produção quando se refere à propriedade capitalista, mas de “condições materiais de produção sendo repartida aos não-trabalhadores sob forma de propriedade em capital” – isto é, precisamente, a propriedade da classe capitalista, incluindo todas as suas formas distintas – e de sua transformação em “propriedade cooperativa dos próprios trabalhadores” (58).

Sabe-se que Lenin também fala de “socialismo” como se fosse equivalente a uma “cooperativa compreendendo toda a sociedade” (59) – o mais próximo que ele chega a tratar o socialismo em termos de (novas) relações de produção. No entanto, esse “socialismo”, representando o “regime de cooperadores civilizados”, como depois ele viria a chamá-lo, é baseado na “apropriação dos meios de produção” pelo “poder político da classe trabalhadora”, situação esta comparada por Lenin à “apropriação pelo estado socialista” ou, como alternativa, à “propriedade social” (60). Desse modo, Lenin parece obscurecer a distinção entre a ditadura do proletariado e o

socialismo, mesmo quando este último é comparado à “primeira fase do comunismo” de Marx (61).

D

Anteriormente, referimo-nos à observação de Lenin de que o estado permanece na primeira fase do comunismo na medida em que reforça o “direito burguês” na distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade. Essa é, naturalmente, uma conclusão própria de Lenin, a qual ele parece afirmar que derivou das *Glosas Marginais* de 1875, de Marx. Lenin assim o faz ao ligar duas seções analiticamente separadas no texto de Marx – uma sobre a distribuição de bens de consumo e a outra sobre o estado. Vejamos, pois, até onde a inferência de Lenin é respaldada pelos textos de Marx.

Primeiro, no que diz respeito à distribuição de bens de consumo entre os membros da nova sociedade, Marx fala dela em vários lugares e de formas alternativas (62), porém em momento algum traz o estado para reforçar o “direito burguês” que lhe é subjacente. O “bônus de trabalho” – em oposição à remuneração – que habilita o trabalhador a sacar sua quota do estoque de consumo comum da sociedade, o trabalhador “recebe da sociedade (*erhalt von der Gesellschaft*)” (63) e não do estado. De fato, a primeira fase do comunismo, que é introduzida após a ditadura do proletariado, isto é, o estado proletário ter encontrado sua morte natural (junto com o desaparecimento do próprio proletariado), não requer um estado especial (maquinaria) para “salvaguardar” seja a “propriedade comum dos meios de produção” seja a “igualdade de trabalho”, como Lenin o faria. Se a “sociedade” – e não o estado – pode “distribuir a força de trabalho e os meios de produção entre os diferentes ramos de ocupação”, como assinala Marx (64), não há razão para que a mesma sociedade, isto é, os próprios “produtores associados”, não possa regular a distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade.

Em segundo lugar, quanto à questão do Estado, na seção primeira do capítulo V do *Estado e Revolução*, Lenin cita as seguintes linhas das “*Glosas Marginais*” de 1875, de Marx: “A questão então é: por qual transformação a forma do estado (*staatswesen*) submeter-se-á numa sociedade comunista? Em outras palavras, quais funções sociais restarão que são análogas às funções atuais do estado?” (65). Na terceira seção do mesmo capítulo, Lenin debate o problema da distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade, ainda incapaz de transgredir o “direito

burguês”, e, na quarta seção – dedicada à questão da “fase superior” da sociedade comunista – Lenin afirma que somente nessa fase o estado perecerá completamente, e acrescenta: “Por conseguinte, conclui-se que sob o comunismo não só o direito burguês restará por um tempo, mas até mesmo o estado burguês – sem a burguesia” (66). Nós insistimos que essa conclusão de Lenin não decorre necessariamente do(s) texto(s) de Marx. Vejamos o porquê.

Acontece, pois, que Marx tem uma posição semelhante em relação à produção de mercadorias no comunismo (primeira fase). Assim, ao discutir o princípio da distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade do futuro, Marx refere-se explicitamente ao princípio subjacente à produção de mercadorias “apenas como um paralelo” (69), o que, obviamente, tem o mesmo sentido de uma “analogia”. No entanto, como já sabemos, de acordo com Marx, a sociedade, em conexão com o traçado desse paralelo ou analogia exclui completamente a produção de mercadorias. Com base nisso, poderíamos pensar que levantar a questão da existência de funções – no futuro da sociedade – “análogas” àquelas do estado moderno não quer significar a existência do próprio estado naquela sociedade mais do que esboçar um “paralelo” com a produção de mercadorias em conexão com a distribuição naquela sociedade ou mesmo mantendo a “mesmisse” do “princípio da troca de mercadorias” com aquele da distribuição naquela sociedade (70), significaria a existência da produção de mercadorias na primeira fase do comunismo. (Aliás, a especulação de Marx sobre o futuro de funções “análogas” àquelas do estado moderno refere-se à “sociedade comunista” como tal, não especificamente à sua “primeira fase”) (71). Por outro lado, em uma série de textos espalhados ao longo de praticamente toda a sua vida, Marx explicitamente exclui o estado da “Associação” (que substitui a sociedade capitalista) (72).

Finalmente, consideremos o argumento de Lenin – referido anteriormente – de que “todos os cidadãos”, na primeira fase do comunismo, “são transformados em empregados contratados (*sluzhashchikh po naimu*) e trabalhadores de um sindicato do estado” para o qual existe “igualdade de trabalho e salário (*zarabotnoi platyi*)” (73). Essa perspectiva do socialismo em Lenin é, nós insistimos, completamente diferente – se não oposta – à perspectiva marxista, mesmo quando esta se refere à primeira fase do comunismo.

Para Marx, como ele reitera no próprio texto que Lenin está considerando aqui, salário é simplesmente “o valor ou preço da força de trabalho”, e se a força de trabalho deixa de ser uma mercadoria (juntamente com o desaparecimento do capital),

não pode haver, obviamente, salário como remuneração do trabalho. Para Marx, a “Associação” - em qualquer estágio - de trabalhadores (auto) emancipados e a forma de remuneração salarial são, por definição, incompatíveis. Sobre esta questão, a posição de Marx é muito bem conhecida para necessitar de qualquer citação de textos específicos. Deve ser enfatizado que os “bônus de trabalho” concedidos aos trabalhadores pela sociedade, na primeira fase do comunismo, de modo algum constituem remuneração “salarial”, mesmo enquanto a sociedade ainda não tiver transgredido o “estreito horizonte burguês” (74). Quanto aos “empregados contratados do sindicato estatal”, eles, evidentemente, continuariam bem com a forma salarial de pagamento. Mas, novamente, de acordo com Marx, não podem haver empregados contratados na “sociedade cooperativa de produtores”. Em seu discurso inaugural para a Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx, na verdade, opôs o “trabalho contratado” ao “trabalho associado”. Pode ser que Lenin, no debate sobre remuneração “salarial” e “empregados contratados” - referido aqui - realmente tem em mente a ditadura do proletariado e não o socialismo (na acepção dele). Mas o contexto do seu debate, como está claro no respectivo texto, é a primeira fase do comunismo e não o “período de transição política”. Logo, a análise é bastante ambígua, para dizer o mínimo.

III

Concluimos que o conteúdo econômico do socialismo, segundo Lenin, não é exatamente o mesmo que segundo Marx. Em seu debate sobre o socialismo, Lenin afasta-se, bem como segue Marx.

Em Marx, não há distinção entre socialismo e comunismo, tampouco se se referem à “sociedade de produtores livres e associados”, que passa por (pelo menos) duas fases seguidas. Lenin chama de socialismo a primeira fase da nova sociedade de Marx e (muitas vezes) reserva o termo “comunismo” para a segunda fase. Em segundo lugar, a abordagem de Lenin sobre o socialismo é bem estreita, se comparada à de Marx, e, basicamente, jurídica. É em termos de uma forma específica de propriedade dos meios de produção, em que o socialismo supostamente é baseado na “propriedade social” (dos meios de produção), equiparado à propriedade estatal (proletária), e é oposto à propriedade privada de “indivíduos separados” dos meios de produção, que deve estar à base do capitalismo. O conceito de propriedade - inclusive de “propriedade social” dos meios de produção - é muito diferente em Marx. Por outro lado, Lenin basicamente aceita a posição de Marx sobre a questão da distribuição de bens de consumo no comunismo (em ambas as fases), bem como o argumento de

Marx de que não há produção de mercadorias, mesmo na primeira fase da nova sociedade.

A postura de Lenin, de novo, é claramente diferente da de Marx quando ele acredita na existência de forma salarial de remuneração para os “trabalhadores contratados” do sindicato estatal, bem como na necessidade de existência de alguma forma de “estado burguês” (“sem a burguesia”, é claro) na primeira fase do comunismo. Nenhum desses elementos é parte da “Associação” marxista.

Deve-se destacar que as divergências entre o conceito de Lenin de socialismo e o de Marx não podem ser adequadamente explicadas (ou elucidadas) pela referência a qualquer conjuntura particular que Lenin enfrentou durante a “aplicação concreta” do socialismo marxista, simplesmente porque a maioria dos elementos das divergências é encontrada nos escritos teóricos de Lenin antes da tomada de poder de Outubro – particularmente em *O Estado e a Revolução*, uma obra de pura teoria, talvez a última que Lenin tenha escrito sem muita relação com as exigências da “aplicação” (75). Gostaríamos, sim, de sugerir que, enquanto justamente lutando para manter o marxismo como um guia para a prática revolucionária do proletariado contra o reformismo da II Internacional, Lenin, em última análise, não parece ter conseguido transgredir completamente o estreito horizonte da Segunda Internacional, que considerava o socialismo como basicamente a “propriedade estatal” (proletária) dos meios de produção, em oposição à visão emancipadora de Marx de uma sociedade de produtores livres e associados, criados por eles mesmos como um ato de sua autolibertação.

Notas

1. L Szamnelly, *First Models of the Socialist Economic Systems: Principles and Theories* (Budapeste, Akademiai Kiado, 1974: p 46).
2. 'Zadachi proletariata v nashei revoliutsi' (1917), *Izbrannye Proizvedeniya* (hereafter IP) II (Moscou, 1982: p 42); *The Tasks of the Proletariat in our Revolution'* (1917), *Selected Works* (hereafter SW) II (Moscou, 1975: p 60).
3. 'Doklad O subbotnikakh na Moskovsjoji obshchegarodskoi konferentsii RKP (B)' (1919), *Polnoe sobranie sochinenii* (hereafter PSS) p 40 (Moscou, 1963: p 280).
4. 'Gosudarstvo i revoliutsia' (hereafter 'GR') (1917), IP II: pp 301-302; 'The State and Revolution' (hereafter SR) (1917), SW II: pp 305, 306.
5. *Ibid*, IP II: p 305; SW II: p 310.
6. 'O prolovol'stvennom naloge' (1921), IP III (Moscou 1982: pp. 530, 541-42); '(On) The Tax in Kind'(1921), SW III (Moscou. 1971: pp 589, 600). Posteriormente, esse

se tornaria o modelo sustentado pelos dirigentes soviéticos e seus seguidores internacionais.

7. 'Zadachi' (1917} IP II: p 42; The Tasks' (1917) SW II: p 60.
8. 'OR', IP II: p 302; 'SR' SW II: p 306.
9. 'Rech' na I vserossiiskom s'ezde..' (1918) IP II: p 669; 'speech at the 1st All-Russia Congress..: (1918) SW II: p 660.
10. 'OR', IP II: pp 300, 302; 'SR' SW II: pp 305, 306. A palavra 'separados' não aparece na versão em inglês padrão (nossa ênfase).
11. Ibid, IP II: p 300; ibid, SW II: p 305, (nossa ênfase).
12. 'O kooperastii' (1923) IP III: pp 711, 712, 714; 'on cooperation' (1923) SWII: pp 760, 761, 763.
13. Ibid: p 715; ibid: p 764.
14. 'GR', IP II: p 301; 'SR', SW II: p 306.
15. 15 Ibid, pp 301, 302, 306; ibid: pp 305, 307, 310.
16. Ibid, p 306; ibid: pp 310-311.
17. Ibid: p 308; ibid: p 312.
18. 'Pervonachal'nyi variant stati' 'ocherednye zadachi Sovetskoi vlasti' (1918) PSS 36 (Moscou, 1962; p 151).
19. 'Proekt programmayi RKP(B)' (1919) PSS 38 (Moscou, 1963; p 121).
20. KPSS v Resoliutsiakh i Resheniach II (Moscou, 1970, p 55).
21. Desse modo, dois economistas soviéticos, N. Shmelev e V. Popov, representando um consenso entre os acadêmicos soviéticos contemporâneos, escrevem: “A visão de Lenin sobre as relações de mercadoria- dinheiro sob o socialismo gradualmente se alterou ao longo da NEP”, The Turning Point: Revitalising the Soviet Economy (Nova Iorque, Doubleday, 1989; p 285).
22. 'K Chetyrekhetnei godovshcine oktyabr'skoi revoliutsu" (1921), IP III: p 594; '(Towards) The Fourth Anniversary of the October Revolution' (1921). SW III: 647 (ênfase no Original).
23. 'O prodovol'stvennom naloge" IP III: p 530; '(On) The Tax in Kind', SW III: 589 (nossa ênfase).
24. 'O znachenii zolota..: (1921), IP III: p 599; '(On) The Importance of Gold..! (1921), SW III: p 652 (nossa ênfase).
25. 'Planyi broshiuryi 'O prodovol'stvennom naloge' (1921), PSS 43 (Moscou, 1963): p385.
26. 'O prodovol'stvennom naloge1, IP III: p 549'; '(On) Tax in Kind', SW III: p 606.
27. 'K Chetyrekhetnei godovshchine..:, IP III: p 594; '(Towards) The Fourth Anniversary'. SW III: p 647 (nossa ênfase).

28. 'O prodovol'stvennom naloge', IP III: p 561; '(On) Tax in Kind', SW III: p 618' 'Nakaz ot sto'mestnym Sovetskim uchrezhdeniyam', (1921), PSS 43 (Moscou, 1964): p 276.
29. 'O Kooperatsiu', IP III: pp 713, 714, 717; 'On Co-operation', SW III: pp 761, 762,766 (nossa ênfase).
30. DasKapital (hereafter DK) III (Berlin, Dietz 1964: p 456); Capital III (Moscou, 1959: p 440).
31. 'Wages, Price and Profit', Marx-Engels— Selected Works (in one volume) (hereafter MESW) (Moscou, 1970: p 208.).
32. Grundrisse der Kritik der politischen Okonomie (hereafter Grundrisse) (Berlim, Dietz: p 75).
33. Assim, quando A. Nove, o renomado soviologista, escreve: “Às vezes se alega que nenhuma distinção entre socialismo e comunismo era conhecida por Marx... Certamente não é bem assim. A *Critica ao Programa de Gotha* de Marx falou de um primeiro ou inferior estádio”; ele mostra como não se deve ler Marx. Vide sua obra *The Economics of Feasible Socialism* (Londres, George Allen e Unwin, 1983; p 10).
34. IP I (Moscou, 1982: pp 24ff); SW 1 (Moscou, 1970: pp 50ff).
35. 'Kritik der Gothaer Programms', Marx-Engels, Ausgewahlte Schriften (hereafter MEAS) II (Berlin, Dietz, 1964: p 24); 'Critique of the Gotha Programme', MESW: p327.
36. 'Konspekt von Bakunins Buch 'Staatlichkeit und Anarchic'.Marx-Engels-H^r/te (hereafter MEW) XV111 (Berlin, .Dietz: p 630). Assim, B. Ollman parece estar totalmente confuso quando ele diz, "Marx divide o futuro comunista em fases, uma primeira fase geralmente considerada como a ditadura do proletariado e uma segunda etapa geralmente chamada comunismo total", ('Marx's vision of Communism', Critique 1978, No 8, p 9).
37. Quando Paul Sweezy escreve que "para Marx, o Socialismo era uma sociedade de transição entre o capitalismo e o comunismo", parece mais adequado substituir 'Marx' por 'Lenin'. Veja Post Revolutionary Society (Nova Iorque, MR Press, 1980: p 136).
38. Grundrisse: p 76. A expressão “Offspring of Association” (traduzida como “consequência da associação”) está em inglês no Original.
39. 'Kritik des Gothaer Programms; MEAS II: pp 15,16; 'Critique of the Gotha Programme', MESW: p 319 (ênfase no texto). Nesse sentido, a afirmação surpreendente de Oskar Lange, de que "um estudo cuidadoso dos escritos de Marx estabelece claramente que ele mantinha a visão de que a teoria do valor

se aplica a uma sociedade socialista" ('Marxian Economics in the Soviet Union', American Economic Review 1945, Mach: p 128), é visivelmente baseada em uma leitura errônea dos textos de Marx.

40. 'VII Moskovskaya gubpartkonferentsiya' (1921), PSS 44 (Moscou, 1964: pp 207-08) (nossa ênfase).
41. Zur Kritik der politischem Okononic (Berlim, Dietz, 1958: p 13)' 'Towards a Critique of Political Economy' (Prefácio), MESW: p 181.
42. Grundrisse : pp 9, 413.
43. DK I (Berlim, Dietz 1962: p 99); Capital I (Moscou, 1954: 88).
44. 'Letter to Engels (2-4-1858)' in Briefe uber 'Das Kapital' (Erlangen, 1972: p 88); DK III p 452; Capital III: 436.
45. DK III, ibid; Capital III, ibid. Quando P.J.D. Wiles escreve, 'Nenhum fato é mais ameaçador e herético para o pensamento econômico marxista do que o divórcio entre propriedade e controle por empresas de responsabilidade limitada sob o capitalismo', admira-se sua inocência a respeito dos textos de Marx. Que o autor não entendera nada de Marx fica claro quando, ao referir-se a Marx, ele acrescenta que 'é a acumulação de capital que nos traz do socialismo ao comunismo'. Vide a obra do autor The Political Economy of Communism (Oxford, 1962, pp 50, 60).
46. 'Randglossen zu A Wagners 'Lehrbuch', MEW XIX (Berlin, Dietz, 1962: 370); DK II (Berlim, Dietz 1973: p 101); Capital II (Moscou, 1956: p 100).
47. Le Capital I (Paris, Editions Sociales, 1976: p 448); Capital I: p 588.
48. Similarmente, quando cita Engels justamente sobre o 'desaparecimento' de 'produção privada' sob o capitalismo (State and Revolution, cap IV, seg 4) Lenin negligencia a imensa importância da questão em discussão.
49. Theorien uber den Mehrwert I (Berlim, Dietz, 1956: p 21).
50. DK III: 823 Capital III: p 815.
51. Marx-Engels Studienausgabe (hereafter MESA) III (Frankfurt am Main, Fischer, 1966: pp 71, 73); MESW: pp 47, 49.
52. The Civil War in France, MESW: 290.
53. DK I: p 92; Capital I: pp 82-83.
54. MEAS II: p 15; MESW: p 319.
55. Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850, MEW III (Berlim, Dietz, 1973: p 42).
56. The Civil War in France, op cit; p 291.
57. MESA III: pp 76-77; MESW: p 53 (nossa ênfase). A tradução para o inglês padrão desta frase crucial do *Manifesto* é altamente deficiente.
58. MEAS II: p 18; MESW: p 321.

59. 'Pervonachalni variant..' PSS 36: 161.
60. Ver o artigo de duas partes 'On Co-operation' (1923) (IP III: pp 711-17; SW HI: pp 760-66).
61. Com os sucessores de Lenin, Leste e Oeste, Norte e Sul – como se sabe –, a abolição da propriedade privada (individual) dos meios de produção, propriedade estatal sobre esses meios, sua 'propriedade comum' pela sociedade, abolição do capitalismo', eliminação da 'exploração de pessoa por pessoa', socialismo – tudo isso se tornou expressões equivalentes, em que a primeira é o resultado de um ato legislativo supostamente de autoria do 'estado proletário'.
62. Por exemplo, em Capital I, Ch 1, Sec 4; Capital II Ch 18; Gotha Critique, seção 1, sub-seção 3.
63. MEAS II: p 16; MESW: p 319.
64. DK II: p 358; Capital II: p 362.
65. Nossa tradução do texto de Marx e nossa ênfase.
66. IP II: p 306; SW II: p 310.
67. Ibid: p 294; ibid: p 299 nossa ênfase.
68. A tradução padrão para o Inglês da obra 'Staatswesen', de Marx, como simplesmente 'Estado' é enganosa, bem como inexata. Também é curioso que, enquanto citando o relevante texto de Marx em sua própria tradução, Lenin escrupulosamente usa, para o "Staatswesen" de Marx, o equivalente exato russo 'Gosudarstvennost', mas enquanto parafraseando o texto, ele simplesmente usa 'Estado' ('Gosudarstvo') no mesmo sentido que "Staatswesen" de Marx.
69. DK I: p 93; Capital I: p 83. Aqui Marx ainda não distingue entre as duas fases da 'Associação'.
70. MEAS II: p 16; MESW: p 319.
71. Ad argumentandum, admitindo, tal qual Lenin, que a existência do Estado é necessária na primeira fase do comunismo, por que ele tem que ser um Estado 'burguês'? Será que é porque só um Estado burguês pode administrar um 'direito burguês'? Na medida em que a primeira fase do comunismo, por definição, é inaugurada somente após o período de transição ter chegado ao fim – junto com a ditadura do proletariado, que se erguera sobre as ruínas do Estado burguês –, a existência do estado burguês, nessa fase, implicaria que os próprios trabalhadores, na ausência da burguesia (também por definição), recriariam o estado burguês (embora parcialmente), depois de ter abolido seu próprio estado. Interessante.
72. A Incompatibilidade entre estado e socialismo (isto é, 'Associação') que Marx mostra quase ininterruptamente, a começar com sua polêmica contra A. Ruge (Kritische Randglossen de 1844, MEWI: p 409), até seu último texto teórico

(Randglossen Zu Adolph 'Wagner Lehrbuch "MEW XIX: pp 360-61), passando por sua polêmica contra Proudhon (Misere de la philosophie, Oeuvres: Economie I, Paris, Gallimard, p 136), Manifesto Comunista (FIM da Segunda Seção), *Glosas Marginais* de 1875, em que ele denuncia 'a fé servil no Estado' como 'afastada do socialismo' (MEAS II: p 26; MESW: p 329). Ressalte-se que Lenin aceita plenamente a posição marxista sobre o 'definhamento' do estado no futuro. De fato, em seu artigo na Enciclopédia, referido anteriormente, ele diz especificamente que 'por levar à eliminação das classes, o socialismo logo levará também à eliminação do Estado' (IP I: p 26, SW I: p 53). Mas aqui ele não faz distinção entre o socialismo e o comunismo. Em *O Estado e a Revolução*, ele sustenta que o Estado desaparecerá apenas na fase superior do comunismo, mas ainda subsistirá na sua primeira fase, ou no que ele chama de 'socialismo'. Com efeito, ele faz uma afirmação ainda mais forte em outro panfleto contemporâneo: 'O socialismo nada mais é senão o capitalismo monopolista do estado posto a serviço de todo o povo e, assim, deixando de ser monopólio capitalista" (II IP: p 201; SW II : p 211), isto é, poderíamos acrescentar, tornando-se simplesmente monopólio estatal. Só podemos dizer que, enquanto a posição de Lenin, em 1913, corresponde plenamente aos textos de Marx, sua posição em 1917 – a posição dominante – não corresponde.

73. II IP: pp 306, 308; SW II: pp 310, 312. Admitindo-se o argumento de Lenin de que existe um 'estado burguês sem burguesia' na primeira fase do comunismo, o sindicato estatal em questão só pode ser o sindicato estatal burguês empregando trabalhadores assalariados na primeira fase do comunismo, dado a ausência (por definição) do estado proletário.

74. Aqui está um exemplo de completa distorção da posição (emancipatória) de Marx de um marxista bem conhecido, que não requer qualquer comentário: 'Sob as condições que Marx descreveu como a primeira fase do socialismo', escreveu Maurice Dobb, 'A existência de diferenças salariais, de acordo com o tipo e quantidade de trabalho realizado, necessariamente desempenha um papel na produção', e, racionalizando o 'socialismo' Soviético, ele acrescentou: 'dar preço à força de trabalho conforme as condições que afetam sua oferta ... era para continuar a ser um componente básico da contabilidade econômica (soviética)'. *Soviet Economic Development Since 1917* (Nova York, International Publishers, 1966: pp 388, 464).

75. Não é preciso dizer que a questão sobre 'praticidade' comparativa ('viabilidade') do modelo inicial de socialismo de Marx face à versão modificada em Lênin ocorre em um nível completamente diferente de abstração.

O DINHEIRO COMO VALOR FUNDAMENTAL

*Nildo Viana**

Na sociedade capitalista, o dinheiro, para muitas pessoas, torna-se um valor fundamental. Todo indivíduo possui uma escala de valores, alguns são mais importantes e por isso constituem valores fundamentais (Viana, 2007). O dinheiro como valor fundamental significa que está acima de outros valores (caso ele seja o único valor fundamental, estará acima da saúde, amor, amizade, poder, desenvolvimento de potencialidades, solidariedade, etc.). Os valores fundamentais dos indivíduos, por sua vez, constituem motivações poderosas das ações individuais. Os valores são mobilizadores e isso é ainda mais forte e verdadeiro no caso dos valores fundamentais. Os valores, no entanto, são constituídos socialmente e, por conseguinte, é preciso compreender a sociedade para compreender determinados valores e como alguns deles se tornam dominantes na totalidade da vida social ou fundamentais para determinados indivíduos. O nosso objetivo aqui é analisar como o dinheiro pode ser supervalorado e se tornar, para algumas pessoas, um valor fundamental e as consequências disto.

A sociedade capitalista é uma “sociedade do dinheiro”. O dinheiro nasceu antes do capitalismo, mas é graças ao modo de produção capitalista que se torna um elemento fundamental da sociedade, tornando-se “meio de troca universal”, o “equivalente geral” pelo qual toda e qualquer mercadoria pode ser trocada, como já dizia Marx (1988). Desde as mercadorias mais necessárias, tal como os alimentos, até as mais supérfluas, tais como enfeites de geladeira, todas são compradas por intermédio do dinheiro. A mercantilização das relações sociais, produto do desenvolvimento capitalista, se amplia e intensifica cada vez mais (Viana, 2008) e, no capitalismo neoliberal, sob o regime de acumulação integral, temos um processo de hipermercantilização (Viana, 2009), no qual a mercantilização se intensifica, principalmente da cultura e tecnologia, além de novas estratégias para intensificar o consumo individual e criação de nichos de mercado.

Isso tende a gerar o fetichismo do dinheiro. Ele parece adquirir vida própria, ter um processo de desenvolvimento independente, gerar mais dinheiro (essa é a ilusão da poupança e daqueles que acham que dinheiro gera dinheiro por si próprio). O que muitos esquecem é que o dinheiro é um equivalente geral acaba valendo não por seu valor de uso e nem pelo seu valor de troca (que é artificialmente criado, pois uma

* Sociólogo e Filósofo. Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás.

nota de 100 reais possui o mesmo *quantum* de trabalho socialmente necessário que uma nota de um real) e sim pela medida de valor que ele expressa e este é trabalho materializado. Assim, não é apenas “fictício”, como alguns pensam de forma ingênua, e sim bastante real, tanto é que com ele é possível comprar uma fábrica e produzir mais-valor explorando operários. Assim, dinheiro traz capacidade de consumo, de aquisição de bens (de consumo e de produção), poder, etc.

A mentalidade burguesa, reprodutora da sociabilidade capitalista – caracterizada pela competição, burocratização e mercantilização (Viana, 2008) – acaba tornando o dinheiro um valor fundamental, estando, inclusive, para algumas pessoas, acima da vida dos demais seres humanos, tanto é que matam por ele. Obviamente que o dinheiro é uma necessidade para quem vive no capitalismo, pois sem ele não poderá satisfazer suas necessidades básicas (comer, habitar, etc.). Porém, a grande maioria da população não se contenta com o dinheiro apenas para isso, ele tem o papel de medir o grau de poder da pessoa, o seu *status* social, etc. Ele está envolvido na competição social, que produz uma “personalidade competidora” (Wright Mills, 1970) e onde o ter passa a ser mais importante do que o ser (Fromm, 1987) e isso mostra a pobreza do ser, pois só vem valor por ter. Isso, com a mercantilização das relações sociais, se espalha pela sociedade, influenciando o conjunto das relações sociais, tal como demonstra Alberoni no caso do erotismo feminino (Alberoni, 1988), que revela como de forma não-consciente a atração sexual é determinada pelos valores dominantes.

Existem muitos tipos de pessoas para as quais o dinheiro é um valor fundamental. O caso mais visível e conhecido, bem como retratado pela literatura e outras formas de arte, é o avarento. Desde Esopo, ainda na sociedade escravista antiga, essa figura já aparecia. Ele mostra um elemento comum no avarento, que é guardar para não gastar e assim valorar o que nunca irá usar, gerando um comportamento irracional. Na obra de Esopo, o avarento enterra seu ouro e assim o mantém por muito tempo. Depois ele é roubado. Um andarilho passa pelo local e ao ver seu lamento busca entender o que ocorria e questiona o avarento, perguntando por qual motivo não guardou em um lugar mais seguro, tal como sua casa, e o avarento responde dizendo que jamais usaria o ouro. O andarilho joga uma pedra no buraco e diz que então poderia ser substituído por ela. Aqui se tem um processo no qual o ouro (ou o dinheiro) é tão valorado e passa a ser um valor em si mesmo que perde até sua utilidade. O dinheiro vale por si mesmo e isso mostra a maior irracionalidade possível, pois ao contrário de outros objetos, o dinheiro (seja ouro ou papel moeda) não foi criado (ou usado) para ser um fim em si mesmo e sim um meio, um meio de troca, que serve para adquirir outras coisas. Se ele é guardado e não usado, então não exerce o

seu único papel, pois a não ser em casos de colecionadores que querem guardar o mesmo motivado por outros valores, isso não tem o menor sentido, sendo algo irracional.

O Avaro

Esopo

Um avarento tinha enterrado seu pote de ouro num lugar secreto do seu jardim. E todos os dias, antes de ir dormir, ele ia até o ponto, desenterrava o pote e contava cada moeda de ouro para ver se estava tudo lá. Ele fez tantas viagens ao local que um Ladrão, que já o observava há bastante tempo, curioso para saber o que o Avarento estava escondendo, veio uma noite, e sorratamente desenterrou o tesouro levando-o consigo.

Quando o Avarento descobriu sua grande perda, foi tomado de aflição e desespero. Ele gemia e chorava enquanto puxava seus cabelos.

Alguém que passava pelo local, ao escutar seus lamentos, quis saber o que acontecera.

“Meu ouro! Todo meu ouro!” chorava inconsolável o avarento, “alguém o roubou de mim!”

“Seu ouro! Ele estava nesse buraco? Por que você o colocou aí? Por que não o deixou num lugar seguro, como dentro de casa, onde poderia mais facilmente pegá-lo quando precisasse comprar alguma coisa?”

“Comprar!” exclamou furioso o Avarento. “Você não sabe o que diz! Ora, eu jamais usaria aquele ouro. Nunca pensei de gastar dele uma peça sequer!”

Então, o estranho pegou uma grande pedra e jogou dentro do buraco vazio.

“Se é esse o caso,” ele disse, “enterre então essa pedra. Ela terá o mesmo valor que tinha para você o tesouro que perdeu!”

Na concepção cristã medieval, a avareza é um dos sete pecados capitais. Mas é no capitalismo que o número e a intensidade – bem como o despropósito – do avarento atingem o seu grau máximo. Uma das mais conhecidas obras artísticas sobre avarentos é a peça teatral de Molière, de 1668, encenada de inúmeras formas até os dias de hoje. A mesma figura se encontra no filme *O Avaro* (Jean Girault, França, 1980) ou as diversas versões cinematográficas baseadas nos contos de natal de Charles Dickens, no qual o personagem avarento Ebenezer Scrooge recebe a visita de três fantasmas que o faz repensar sua vida de avareza. O avarento aparece também em outras manifestações culturais, tal como as novelas de televisão. Este é o caso da

novela *Amor com Amor se Paga*, na qual o personagem Nuno Correia nega até comida para seus familiares devido sua avareza.

Nas revistas em quadrinhos, o personagem avarento mais famoso é o Tio Patinhas. Ele foi inspirado no personagem avarento de Dickens, e seu nome original era Scrooge McDuck, referencia direta a ele e sua primeira aparição, em 1947, em “Natal nas Montanhas” (“Christmas on Bear Mountain”).



O avarento é apenas um indivíduo doentio que transforma o seu desejo por dinheiro e posse material algo que pode ser sua razão de viver. A explicação disso ocorre através da análise da história de vida do indivíduo avarento, tal como se pode observar na história do personagem de Charles Dickens. Para sustentar sua avareza, o avarento pode criar racionalizações, tais como o medo paranóico de “perder tudo”.

Porém, o dinheiro como valor fundamental não gera apenas avareza (que se manifesta sob múltiplas formas e graus de intensidade, existem os muito avarentos e os avarentos moderados, aqueles que são avarentos com todo mundo ou apenas com as pessoas mais distantes, etc.). Na sociedade capitalista, há uma grande parte da população que tem o dinheiro como valor fundamental sem ser exatamente um avarento ou manifestando apenas algumas características deste e de forma moderada. Um consumista, portanto, não avarento, pode ter o dinheiro como valor fundamental, mas considerado mais como meio do que como objetivo. O avarento toma o dinheiro como objetivo, tal como no conto de Esopo ou o de Dickens. Isso difere da pessoa pobre que economiza e busca guardar suas economias, já que não é o dinheiro em si que é o valor, mas o meio de realizar coisas no futuro ou prevenir a perda e a situação de penúria (cuja possibilidade pode ou não ser realista, mas isso é uma questão que não altera o quadro).

No caso do dinheiro como valor fundamental, ela reforça a competição social e a “corrida do ouro”, tema de filmes e novelas de TV. Desde o filme “Em Busca

do Ouro” (Charles Chaplin, EUA, 1925) até a novela *Corrida do Ouro*, da Rede Globo, de 1974/1975, em época de ditadura militar, o tema é recorrente na cultura capitalista.

Corrida do Ouro

Coral Som Livre

Muito dinheiro fora de hora

Sempre modifica as pessoas

Muito dinheiro

Quando chega ninguém espera

Modifica todas as coisas

Muito dinheiro

Quando pinta na vida

Modifica tudo na vida

Mas as pessoas vivem todas

Correndo atrás

De muito dinheiro

Muito dinheiro fora de hora

Dá um revertério na cuca

Muito dinheiro

Prá quem não sabe

O que é dinheiro

Põe toda a moçada maluca

Muito dinheiro no bolso

E no banco

É pior do que pouco dinheiro

Mas as pessoas vivem todas

Correndo atrás

De muito dinheiro

Quem corre atrás do tesouro

Da mina de ouro

Tem conta secreta

No banco suíço

Se esquece que a vida

Existe só prá ser vivida

Quem pensa que a grana

Que pinta de graça

Resolve os problemas

Do amor e da vida

Perdeu a sua chance

De ter a tal felicidade

De verdade

Muito dinheiro fora de hora

Sempre modifica as pessoas

Muito dinheiro

Quando chega ninguém espera

Modifica todas as coisas

Muito dinheiro

Quando pinta na vida

Modifica tudo na vida

Mas as pessoas vivem todas

Correndo atrás

De muito dinheiro

Essas pessoas

Correm atrás do dinheiro

Todo mundo correndo

Sempre atrás do dinheiro

Essas pessoas vivem todas correndo

Atrás de muito dinheiro

A letra da música acima aponta para uma percepção crítica da superavaliação do dinheiro. Afinal, “Muito dinheiro/Prá quem não sabe/O que é dinheiro /Põe toda a moçada maluca”, ou seja, não saber o que é o dinheiro é não saber para o que ele serve, um mero meio de troca. Daí que “Muito dinheiro no bolso /E no banco/É pior do que pouco dinheiro”. A letra não só coloca a questão do saber sobre o dinheiro, mas também a questão da valoração do mesmo. Ao afirmar que quem “corre atrás do tesouro”, tem conta secreta, etc., se esqueceu de que a vida é “prá ser vivida”, coloca uma oposição entre necrofilia e biofilia, a morte e a vida, o mundo do dinheiro e o mundo real. A ilusão de que o dinheiro pode resolver os problemas “do amor e da vida” expressa apenas que o iludido “perdeu a sua chance/de ter a tal felicidade/de verdade”. A letra da música, por conseguinte, coloca o dinheiro como um desvalor, ou seja, como algo sem importância e de peso negativo (Viana, 2007).

A sociedade capitalista tende a produzir indivíduos que supervaloram o dinheiro e seu grau máximo de expressão é o avarento. Contudo, além e antes do avarento, a valoração do dinheiro a ponto de transformá-lo num valor fundamental é algo mais comum e profundo. Isso tem a ver com as necessidades impostas pelo capitalismo, mas também com a cultura da sociedade capitalista e com o processo social de formação dos valores. O dinheiro é um valor fundamental para muitas pessoas não avarentas. A figura do avarento é apenas um exagero do que é bastante comum na sociedade moderna e, ao mesmo tempo, um revelador da irracionalidade presente num dos principais valores dominantes atuais.

O capitalismo contemporâneo reforça essa tendência. A partir do processo de instauração do regime de acumulação integral – que caracteriza a atual fase do capitalismo – temos um processo de intensificação da mercantilização das relações sociais (Viana, 2009). Isso gera uma hipermercantilização e os efeitos disso na cultura e universo psíquico dos indivíduos tende, igualmente, a se intensificar. A irracionalidade do modo de produção capitalista se generaliza e a destruição ambiental é um de seus resultados, e, mesmo assim, o processo se reproduz. O capitalismo é um produtor não só de ilusões mas também de irracionalidade. A reprodução do capitalismo significa reprodução ampliada do capital e também do mercado consumidor e nesse processo a ampliação da mercantilização é constante. Nesse sentido, o capitalismo é a sociedade do dinheiro, fazendo com que este seja para muitos o objetivo da vida, o valor fundamental.

Surgem até ideologias neurológicas e outras para naturalizar a avareza e a ganância. Assim, as representações cotidianas são reforçadas pelas ideologias e estas se inspiram naquelas. O estudo de neurólogos sobre a área do cérebro que é considerada “responsável” pela avareza é um exemplo de tais ideologias. Através de uma pesquisa se descobriu que as “amígdalas cerebrais” são os elementos do cérebro que promovem a “aversão à perda monetária”. Para chegar a tal conclusão, os neurólogos compararam dois indivíduos com amígdalas cerebrais danificadas com outros sem nenhum dano nessa área do cérebro e depois de alguns testes chegaram à brilhante conclusão de que os primeiros não são portadores de aversão à perda monetária e outros sim, o que “comprovaria” tal tese. Isso, sem dúvida, não comprova nada e o caso é tão restrito (dois indivíduos), cuja análise não levou em consideração a história de vida destes indivíduos, sua formação intelectual e de valores, entre diversas outras determinações que poderiam explicar a razão de não serem avarentos. Da mesma forma, tais cientistas não explicaram por qual motivo pessoas sem amígdalas cerebrais danificadas não são avarentas, ou, por qual motivo nas sociedades indígenas

não existir avareza (seria cômico afirmar que todos os indígenas possuem amígdalas cerebrais danificadas...). Obviamente trata-se de um caso de produção ideológica típica do determinismo cerebral, cuja característica é explicar o comportamento humano pelo cérebro, o que é totalmente destituído de sentido (Viana, 2011). No entanto, há o status e a credibilidade dos cientistas e das ciências naturais, incluindo a neurologia.

Assim, o dinheiro se torna um valor fundamental numa sociedade em que ele é uma necessidade, um meio de troca universal, e, mais que isso, se torna o elemento básico da competição social, e por isso a sociabilidade capitalista e a mentalidade burguesa dominante torna os indivíduos tendentes a supervalorar o dinheiro (e quem desvaloriza o dinheiro é considerado “louco”). As raízes de todo esse processo é social e remete ao estudo do capitalismo e não do cérebro humano, tal como nas nebulosas ideologias do determinismo cerebral.

O círculo vicioso e destrutivo do capitalismo continua, mas poucos fazem alguma coisa para mudar esta situação, já que “essas pessoas vivem todas correndo atrás de muito dinheiro”.

REFERÊNCIAS

ALBERONI, Francesco. O Erotismo. Fantasias e Realidade do Amor e da Sedução. Rio de Janeiro, Círculo do Livro, 1988.

FROMM, E. Ter Ou Ser? 4ª Edição, Rio de Janeiro, Zahar, 1987.

MARX, Karl. O Capital. Vol. 1. 3ª Edição, São Paulo, Nova Cultural, 1988.

VIANA, Nildo. O Capitalismo na Era da Acumulação Integral. São Paulo, Idéias e Letras, 2009.

VIANA, Nildo. Os Valores na Sociedade Moderna. Brasília, Thesaurus, 2007.

VIANA, Nildo. Universo Psíquico e Reprodução do Capital. Ensaios Freud-Marxistas. São Paulo, Escuta, 2008.

VIANA, Nildo. Cérebro e Ideologia. Uma Crítica ao Determinismo Cerebral. Jundiaí, Paco, 2011.

WRIGHT MILLS, C. Poder e Política. Rio de Janeiro, Zahar, 1970.

MARTINO, B.; CAMERER, C. e ADOLPHS, R. "Amygdala damage eliminates monetary loss aversion". PNAS, vol. 107, num. 08, Fevereiro de 2010. Disponível em: www.pnas.org/cgi/doi/10.1073/pnas.0910230107 Acessado em 25/10/2012.

A BUROCRACIA ESCOLAR

*Lucas Maia**

Este texto objetiva trazer para a discussão uma temática que é pouco refletida, embora seja sentida e percebida cotidianamente por todos aqueles que de uma ou outra maneira estão envolvidos com as instituições escolares: a burocracia escolar. Por instituição escolar estou pressupondo aqui todas as instituições de ensino, em todos os níveis e modalidades, tanto privadas quanto públicas. Para nossos objetivos, abstrairemos suas diferenças. Apresentaremos ao longo deste ensaio o processo social de constituição da burocracia de uma forma geral, destacando a particularidade da burocracia escolar, suas funções etc.

O conceito de classe social: a burocracia como classe

Marx já afirmou certa vez que se a aparência e essência dos fenômenos coincidissem, a ciência seria completamente supérflua. Ou seja, é necessário, para apreendermos de maneira correta a realidade irmos da aparência à essência. Essa *démarche* teórica é o fundamento da atividade que visa deslindar o concreto, encontrar as determinações que o constitui. Utilizando a linguagem de Kosik (1976) é necessário superar o mundo da “pseudoconcreticidade” para se interpretar concretamente a realidade, ou seja, determinar sua “concreticidade”.

Desta forma, ao analisar a burocracia, necessariamente teremos de percorrer este caminho, pois o termo é enevoado com tantas ideologias e representações cotidianas falsas ou parciais que a compreensão de seu sentido teórico mais preciso afasta-se muito da consciência. Nas representações cotidianas mais comuns, o termo burocracia é remetido para um aspecto muito limitado de seu sentido mais profundo. Quando alguém afirma que determinada instituição, procedimento etc. é burocrático, está, via de regra, referindo-se ao fato de que muito tempo, papelada, ofícios, carimbos etc. serão empenhados. Ou seja, a burocracia, nesta acepção, restringiria-se ao conjunto de procedimentos burocráticos para efetivação de determinado processo. Este é o aparecer mais banal, cotidiano e limitado do termo. Temos, pois, de ir além.

*Professor do IFG – Campus Anápolis. Membro da Associação de Geógrafos Brasileiros Seção Goiânia. Doutorando pelo Programa de Pesquisa e Pós-Graduação em Geografia do IESA/UFG. E-mail: maiaslucas@yahoo.com.br

Para a existência destes procedimentos burocráticos, formais e não raras vezes inúteis e irracionais é necessário, sobretudo, uma instituição na qual estes procedimentos sejam executados e para a qual eles existem. Isto implica que tais procedimentos burocráticos compõem uma lógica institucional e esta lógica institucional materializa tais procedimentos como fundamento de seus ritos organizacionais. Assim, ofícios, memorandos, protocolos, carimbos etc. são tão somente o aparecer de algo que é anterior, de algo que lhe precede e lhe dá materialidade. É impossível, nesta acepção, entender a burocracia (como perda de tempo e energia com papelada e procedimentos) sem antes compreender que organização ou instituição é esta que lhe permite e exige a materialização.

Esta organização é, sem sombra de dúvida, uma instituição que está inserida numa lógica mais ampla de reprodução do conjunto das relações sociais. O Estado é o exemplo mais cristalino disto. A instituição estatal, como principal forma de regularização das relações sociais, está intimamente ligada à reprodução das relações capitalistas¹. Esta leitura também é válida para escolas (TRAGTEMBERG, 1982), (CUNHA, 1980), para prisões (WACQUANT, 2004), para partidos políticos e sindicatos (PANNEKOEK, 1977) etc.

Assim, no que se refere ao Estado, por exemplo, aquele conjunto de procedimentos burocráticos aos quais já me referi estão presentes nesta instituição e qualquer indivíduo adulto em nossa sociedade já lidou de uma ou outra maneira com estes procedimentos. O fundamental, contudo, para compreendermos esta instituição, não é analisando o conjunto de ritos organizacionais que a compõem, mas sim, como sua existência está inserida num processo social mais amplo, que é o modo de produção.

O Estado é, desta maneira, a principal instituição reguladora de nossa sociedade que garante a reprodução do modo de produção capitalista (através das leis, de suas ideologias, do aparato policial, da assistência social, de seu papel na reprodução e sobrevivência da classe trabalhadora, de seus investimentos econômicos nas empresas capitalistas etc.). Ou seja, trata-se de uma instituição sem a qual é impossível compreender realmente como se dá a exploração das classes trabalhadoras

¹ Naturalmente que não compreendemos ser o Estado uma instituição que tenha existência unicamente no capitalismo. Trata-se de uma forma organizacional que o precedeu. Mas para efeitos de nosso estudo, vamos particularizar nossa atenção no Estado capitalista, que é uma forma particular de Estado e está vinculado diretamente às relações de produção capitalistas.

em nossa sociedade e principalmente, como esta sociedade, em que pese tenha inúmeras contradições e conflitos, ainda permaneça existindo e se reproduzindo.

Obviamente que o Estado não é objeto de nossa preocupação neste texto². Só o trouxemos como ilustração de nossa afirmativa segundo a qual os procedimentos burocráticos são parte constituinte, uma lógica organizacional de instituições que estão inseridas na dinâmica de reprodução geral da sociedade. Isto vale também para os partidos, sindicatos, empresas capitalistas etc. Contudo, o elemento central a ser dito sobre a burocracia ainda cala em nossa exposição. Esta instituição que necessita e cria ritos organizacionais é constituída por pessoas. Estes indivíduos participam de uma lógica da qual não podem desvencilhar-se e por isto realizam atividades que lhes precedem enquanto funções. Assim, estes indivíduos agrupados num conjunto social que realizam um mesmo modo de atividade constituem um grupo particular no seio da sociedade capitalista. *A este grupo podemos dar a denominação de burocracia.* Vê-se, deste modo, que a burocracia é uma classe social dentro da sociedade capitalista, embora a preceda, adquirindo outras formas. As instituições que cria e amplia, os ritos que desenvolve etc. são somente manifestações deste elemento fundamental que é o fato de a burocracia ser uma classe social. Ou seja, só existem ritos organizacionais dentro de uma determinada instituição. Esta instituição, por sua vez é dirigida, controlada, organizada, gerida por uma classe social específica que tem esta atribuição social: a burocracia.

O que é, pois, uma classe social? De acordo com Viana (2012), uma classe social pode ser definida levando em consideração três elementos: sua *situação* (modo de vida, modo de atividade, representações culturais, valores etc.), sua *relação* com outras classes (ou seja, se de aliança, de conflito) e seus *interesses* (desde interesses imediatos particulares a cada classe até interesses históricos mais amplos e só perceptíveis quando vistos a longo prazo).

A divisão da sociedade em classes sociais é um processo real e não está vinculado a definições arbitrárias criadas por métodos de investigação e pesquisa, ou seja, as classes são um produto real e não da consciência. Isto implica que nossa leitura diverge frontalmente das exposições sobre o tema partindo da ideologia da estratificação social. Seja a de classe alta, baixa e média com suas possíveis variações: média baixa, média média, média alta etc. Seja aquela que define as classes por critérios unicamente de renda, tal como as proposições de classe A, B, C, D, E etc. Estes

² Para tanto, cf. (VIANA, 2003), (MILIBAND, 1972), vários escritos de Marx no qual discute a questão do Estado (MARX, 1986, 1984, s/d) entre várias outras obras.

procedimentos são arbitrários, pois mudando-se os critérios, mudam-se as classes e além disto, transformam as classes em criações intelectuais, sendo que são na verdade processos sociais concretos.

De nossa perspectiva, as classes sociais são produtos da divisão social do trabalho. Quanto mais complexa e variada é esta divisão, mais complexa e variada é também a divisão e luta de classes. O processo de divisão do trabalho, que remete a posições e funções específicas dos grupos sociais dentro de uma dada sociedade cria uma heterogeneidade de modos de atividade, modos de vida, de interesses, de representações e de valores que por sua vez conduzem a conflitos e contradições, luta de classes.

Viana (2012) faz uma distinção entre classes fundamentais e classes subsidiárias. As classes fundamentais são aquelas cuja relação fundam um determinado modo de produção. No caso do capitalismo, a relação de classe fundamental que dá origem a este tipo de sociedade, é a existente entre burguesia e proletariado³. Estas classes, em seu relacionamento, fundam o capitalismo, pois é a partir daí que se criam as condições para a produção do mais-valor, elemento essencial e definidor do modo de produção capitalista. As classes subsidiárias são todas as outras que se apropriam de uma ou outra maneira do mais-valor produzido ou que são marginalizadas na divisão social do trabalho.

De um ponto de vista teórico, pode-se afirmar que uma sociedade é a unidade entre modo de produção e formas de regularização. O modo de produção é o conjunto de relações que materializam determinado tipo de produzir os bens materiais necessários a uma dada sociedade. Um determinado modo de produção geralmente convive com outros, por isto é lícito falar em um modo de produção dominante e modos de produção subordinados. Por exemplo, no seio da sociedade capitalista, há a existência de modos de produção subordinados, tal como o modo de produção camponês, que é uma forma não-capitalista de produção que convive de forma subordinada às relações capitalistas propriamente ditas. As formas de regularização são o Estado, a cultura, as ideologias, os valores etc. que, como indica o próprio conceito, regularizam as relações de produção.

Esta digressão nos serve na medida em que é verificável a existência de inúmeras classes sociais de acordo com o modo de produção e formas de regularização. Por exemplo, no caso do capitalismo, o modo de produção dominante

³ Esta mesma análise também foi desenvolvida por nós em (MAIA, 2011).

gera duas classes fundamentais: burguesia e proletariado. Os modos de produção subordinados geram outras classes: campesinato, artesanato etc. As formas de regularização outras: intelectualidade, burocracia, classes subalternas das formas de regularização⁴ etc.

Ou seja, as classes só existem em relação umas com as outras, estas relações podem ser de aliança, oposição, luta deliberada etc. Por exemplo, o proletariado só existe em oposição à burguesia e em determinados momentos pode se aliar ao campesinato, lumpemproletariado, setores restritos da intelectualidade etc. Retomando o que afirmamos linhas atrás, para compreender as classes sociais é necessário levar em consideração sua *situação*, sua *relação* com outras classes e os *interesses* que cada uma defende.

É a partir deste quadro de referência, muito sumariamente exposto, que pretendo discutir uma fração da classe burocrática, a burocracia escolar. Antes de entrarmos propriamente no debate sobre esta fração de classe, cabe perguntar, o que caracteriza a burocracia como classe social em geral? Quais são seus interesses? Como ela se relaciona com as demais classes sociais na sociedade capitalista?

As classes são, portanto, produto da divisão social do trabalho. Cada classe ocupa um determinado lugar em tal divisão e se relaciona com as demais que ocupam lugares distintos, às vezes em antagonismo, às vezes em aliança. Estes dois elementos anteriores geram valores, representações cotidianas, ideologias comuns a cada classe. Naturalmente que nada disto é hermético e estas questões permeiam mais de uma classe, sendo em geral os valores, ideologias dominantes produto da classe que domina econômica e politicamente. Com base nisto, Viana (2012) define a classe burocrática da seguinte maneira:

O modo de vida, atividade da burocracia é marcada pela *atividade dirigente e o papel de controle*, numa situação de dependência assalariada da burguesia, o que, entre outras coisas, a faz uma classe auxiliar desta. *O modo de vida de um burocrata está intimamente ligado ao processo de controle, gestão, domínio, direção e este é realizado diretamente ou via mediação* de regulamentos, regimentos, ofícios, formulários, tecnicismo, especialização, culto à autoridade, conformismo, planificação, identificação com a organização/empresa/instituição, reuniões, hierarquias, formalismo,

⁴ O conceito de classes subalternas das formas de regularização encontra-se em (VIANA, 2010).

sigilo burocrático etc. Este é o seu papel na divisão social do trabalho da sociedade capitalista (VIANA, 2012, p. 245/256). (grifos meus)

Vários elementos podem ser apreendidos desta citação. A burocracia se caracteriza, portanto, por um modo de atividade específico (direção, gestão, controle). Este modo de atividade acaba condicionando modo de vida, de pensar, de agir característico aos indivíduos que compõem esta classe. Assim, para um burocrata, por exemplo, é muito mais importante cumprir o regulamento, o estatuto do que realizar uma atividade significativa, com sentido real e imediato para os envolvidos. Veremos mais sobre isto quando discutirmos os conflitos entre burocracia escolar e intelectualidade no interior das instituições escolares.

Estas características produzem na burocracia determinados interesses, entre eles podemos destacar, como ilustração, a ampliação de cargos, de funções que fazem com que numericamente e qualitativamente a burocracia cresça, na prática da burocracia em ampliar e concentrar poder etc. Estes interesses imediatos são facilmente verificáveis em qualquer instituição burocrática. Contudo, no capitalismo, a burocracia é uma classe auxiliar da burguesia, ou seja, seu ser de classe visa tornar-se classe dominante. Portanto, em determinados momentos, a burocracia ora se opõe, ora se alia à burguesia. Mas de um ponto de vista geral, no capitalismo, esta classe coloca-se como defensora dos interesses e objetivos da classe capitalista. Por exemplo, o Estado, que é o quartel general desta classe, sob o capitalismo, visa sempre manter em ordem a reprodução das relações sociais existentes. Exemplo de materialização dos interesses históricos da burocracia foi o estabelecimento do capitalismo de Estado na URSS e demais países congêneres, nos quais esta classe conquistou o poder de Estado e explorou, de um ponto de vista capitalista, as classes trabalhadoras destes países⁵.

Da mesma forma que as demais classes, a burocracia também não é uma classe homogênea, possuindo em seu interior várias frações (burocracia partidária, sindical, estatal, eclesial, empresarial, escolar etc.), bem como estratos diferenciados, sendo que uns podem se aproximar mais do proletariado (os chamados partidos operários, alguns sindicatos etc.), em termos de renda, valores etc. e outros que se aproximam mais da burguesia (altos executivos de empresas, magistrados etc.). Estas frações digladiam-se, não raras vezes, entre si. Contudo, no que diz respeito aos interesses históricos apresentam certa unidade de interesses.

⁵ Para uma análise do capitalismo de Estado, cf. (TRAGTEMBERG, s/d), (MAIA, 2010), (MATTICK, 1975; 1977), (GOMBIN, 1972), (PANNEKOEK, 1977), (GUILLERM e BOURDET, 1976), (BRINTON, 1975) entre várias outras.

Como se pode ver, a burocracia, como classe social do capitalismo, conforma-se como um bloco específico derivado de seu modo de atividade. O locus de realização desta classe é, sem nenhuma sombra para dúvidas, as instituições criadas por esta sociedade. É comum cada instituição criar frações específicas da burocracia, tal como já mencionamos acima com relação aos sindicatos, partidos, igrejas. Poderíamos citar ainda, as ONG's e o terceiro setor como um todo, que significa uma ampliação da classe social burocrática. O que nos interessa, nos limites deste texto, é uma fração desta classe: a burocracia escolar.

A burocracia escolar

São as instituições escolares (privadas, estatais, de educação infantil, básica ou superior) que acolhem esta classe. Antes de entrarmos propriamente na intimidade da escola para devassar as características da burocracia escolar, convém ainda demonstrar que sua existência está condicionada, em grande medida, por relações que não se restringem aos muros da escola. No caso do Brasil, sua existência já começa a ser traçada, em termos legais e institucionais, no seio mesmo do Ministério da Educação e Cultura – MEC. Contudo, neste nível, não estamos ainda lidando com a burocracia escolar em sentido estrito, mas sim com a burocracia estatal, tanto a governamental quanto a permanente. São, contudo, a partir dali que as leis, decretos, regulamentos, planos etc. são pensados e organizados. A partir do MEC, toda uma hierarquia é cumprida até chegar-se ao chão propriamente dito da escola. Isto vale também para as secretarias estaduais e municipais de educação, que são parte da estrutura administrativa do Estado. Estas, contudo, definem de maneira férrea e impessoal os destinos e características da escola.

Não é incomum o trânsito entre as burocracias. Burocratas escolares tornam-se frequentemente burocratas estatais no seio do MEC ou das secretarias de educação. Isto só demonstra, que embora sejam frações distintas, são, contudo, uma única e mesma classe, que cumprem um papel determinado no conjunto das relações sociais existentes.

Não analisaremos aqui as inter-relações existentes entre estas frações, pois fugiria muito ao objetivo de nosso ensaio. É, contudo, importante ressaltar que esta é uma agenda de pesquisa a ser cumprida, pois trata-se de um processo social que afeta profundamente a vida nas instituições escolares. A discussão da burocracia, em suas diversas frações como classe social, é um eixo de aproximação do tema que traria luzes à problemática.

A escola é uma instituição do capitalismo. O debate sobre o caráter essencialmente conservador da escola (CUNHA, 1980), (ILICH, 1977), (TRAGTEMBERG, 1982) etc. ou potencialmente transformador (STEIN, 1976), (NIDELCOF, 1984) não é objeto de nossa investigação. A existência desta discussão não anula nossa afirmação anterior de que a escola é uma instituição do capitalismo. Está presente em seu interior e compõe uma totalidade com esta sociedade. O que diferencia a instituição escolar das demais instituições é sua especialização funcional. O sindicato defende os interesses imediatos dos trabalhadores, os partidos políticos visam conquistar o poder de estado, as igrejas “salvar” “almas” etc. A escola é especializada em produzir relações de ensino-aprendizagem. Isto lhe dá vida e forma. Tudo na instituição está, ou deveria está, organizado para cumprir esta sua função especial. Seus administradores, seus funcionários são todos direta ou indiretamente especialistas em ensinar. Obviamente que neste particular, a função dos professores é a que mais diretamente lida com esta especialização.

Seja na educação básica ou superior, a função da escola é produzir o processo de ensino-aprendizagem. Esta é sua essência enquanto instituição particular da sociedade capitalista. Os objetivos deste ensino, para quem ou para quem servem, se são transformadores, conservadores etc. é objeto de outro debate. O que não está em discussão em nenhuma concepção pedagógica é o fato de a escola ser este espaço. Não único obviamente, pois a família, igreja, empresas etc. também são *locus* de ensino-aprendizagem. Estas instituições também fazem isto. A escola, em contrapartida, é especialista nisto. Seus funcionários são formados, treinados, instruídos para serem especialistas em assuntos de educação.

Esta instituição produz em seu interior relações que lhe são características, próprias, particulares. Tais relações são operadas por seres humanos históricos, determinados socialmente e submetidos a uma determinada divisão social do trabalho. De um modo geral, as instituições escolares, por lidarem com o ensino, são especializadas no trabalho intelectual. Portanto, em seu interior, há a existência de um grupo social específico destinado a lidar com esta atividade: a intelectualidade (professores). Esta é uma classe social inerente à escola, mas que não se restringe a ela. Discutiremos esta classe mais à frente.

Para que as atividades escolares se realizem com eficiência, é necessário que o espaço esteja limpo, organizado e que não falte o “cafezinho” na sala dos professores. Estas funções são desempenhadas por uma outra classe, denominada por Viana (2010) de “classes subalternas das formas de regularização”. Trata-se dos

trabalhadores dos “serviços gerais” da escola (faxina, cozinha, portaria, segurança etc.). Da mesma forma, mas compondo uma outra fração desta classe, é verificável no interior da instituição escolar a existência de um conjunto de trabalhadores destinados a encaminhar os processos administrativos cotidianos da escola (matrículas, ofícios, atas, memorandos, protocolos, atender telefone etc.). Estes cargos, via de regra, não tem qualquer poder decisório dentro da instituição, o que não lhes permite, portanto, serem enquadrados como burocracia, pois ao invés de dirigirem, são dirigidos pelos burocratas (diretores, coordenadores, chefes disto ou daquilo etc.). Portanto, na instituição escolar é possível identificar duas frações das classes subalternas das formas de regularização: os trabalhadores dos “serviços gerais” e os trabalhadores administrativos.

Resta, nesta nossa descrição, uma última classe social: a burocracia⁶. Este conjunto de classes: intelectualidade, classes subalternas das formas de regularização e burocracia operam dentro da instituição segundo regras e regulamentos determinados. Das leis mais gerais até os ofícios e memorandos dentro da escola, há toda uma lógica organizacional previamente definida, com estruturas rígidas que dão pouca margem de manobra a todas as classes envolvidas com a escola. É dentro desta instituição já bem delimitada que estas classes se encontram diariamente e dentro da qual digladiam cotidianamente.

Os professores “produzem” aulas. Os trabalhadores dos “serviços gerais” “produzem” limpeza, segurança etc. Os trabalhadores administrativos “produzem” condições administrativas adequadas para o funcionamento da escola. Os *burocratas dirigem, coordenam, supervisionam a escola*. Estes modos de atividade, rendimentos, funções caracterizam, portanto, distintas classes que coabitam a instituição escolar. Cada uma possuindo interesses, representações cotidianas, valores, concepções específicas. É devido a isto que o espaço escolar é um espaço de conflito e de tensão permanente, pois ao defenderem interesses particulares a cada classe, elas terminam por conflitarem. Abordaremos, mais à frente, alguns destes principais conflitos.

No que diz respeito ao modo de atividade da burocracia escolar, bem como seu modo de vida, valores etc. não diferem muito da burocracia em geral. Tal como

⁶ De forma marginal, mas não sendo expressão de uma classe social específica, lidam com a instituição escolar: a comunidade do bairro onde se localiza a escola e a comunidade de pais de alunos, seja através meramente da reunião de pais, geralmente em fins de bimestre ou em formas mais orgânicas como Conselho de Pais e Mestres etc. Estes grupos, contudo, não compõem uma classe social da escola, são somente grupos sociais que, de uma ou outra maneira, se relacionam com ela. A análise sobre os estudantes deixarei para adiante.

qualquer burocrata, o burocrata escolar deve dirigir e controlar. Isto é seu papel dentro da divisão social do trabalho. Ele dirige, coordena, controla, planeja, pune etc. de acordo com uma hierarquia bem definida, que varia na forma de acordo com a instituição em particular. Varia na forma, mas a essência continua a mesma. Por exemplo, a estrutura administrativa de uma universidade é diferente de uma escola de educação básica pertencente a uma rede municipal ou estadual de ensino. Na universidade, há reitor, pró-reitores, diretores de departamentos, coordenadores de curso etc. Numa escola da educação básica, via de regra, há um diretor, coordenadores de turno (bedel), coordenadores pedagógicos etc.

Não vou entrar no mérito das diferenças, que embora sejam importantes, não excluem, contudo, as grandes semelhanças, que é o que nos importa neste texto. E estas semelhanças advém do fato de as instituições escolares serem essencialmente burocráticas, tanto nos aspectos formais (diários, ofícios, reuniões, sistema de exames, notas etc.), quanto essenciais (o fato de ser fundada na divisão entre dirigentes e dirigidos). Tal como demonstra (TRAGTEMBERG, s/d), as organizações burocráticas no capitalismo moderno devem muito a J. W. Taylor e sua concepção essencial que divide trabalho manual e intelectual ou funções de planejamento e funções de execução. Nisto, a escola é um espelho da fábrica (taylorista, fordista ou toyotista).

Ou seja, em diferentes estruturas administrativas (universidade, educação básica, escola privada), esta mesma relação essencial se manifesta como uma força imperativa, poderosa e naturalizada por todos os envolvidos com a escola. É natural, nas consciências de todos os que lidam com a escola esta cisão fundamental. Questiona-se o reitor, o diretor, o coordenador. Não se questiona, em hipótese alguma, a função de reitor, de diretor ou coordenador. Isto se deve a inúmeros fatores, mas um elemento a destacar, no que concerne à escola, mas que não se restringe a ela, é a naturalização que a estrutura administrativa hierárquica e, portanto, burocrática imprime nas consciências de todos, ou quase todos.

Este processo de naturalização da organização burocrática naturaliza, na mesma medida, a própria existência do burocrata, o especialista de gestão de instituições. Alguns *modos operandi* são facilmente verificáveis na dinâmica destas instituições. Marilena Chauí, no seu *O Discurso Competente*, tem uma apreensão lapidar de alguns destes elementos. A citação é longa, mas exprime claramente nossa concepção:

Burocratização e Organização pressupõem as seguintes determinações: a) a crença na realidade em si e para si da sociedade,

de tal modo que a racionalidade dos meios de ação inutiliza automaticamente qualquer questão acerca da racionalidade dos fins da ação; b) *existência de um sistema de autoridade fundado na hierarquia de tal modo que subir um degrau da escala corresponde à conquista de um novo status, uma nova responsabilidade e um novo poder que não dependem daquele que ocupa o posto, mas que pertence ao próprio degrau hierárquico, ou seja, a reificação da responsabilidade e do poder alcança o grau máximo na medida em que é o cargo, e não seu ocupante, que possui qualidades determinadas*; c) como consequência, surgimento de um processo de *identificação dos membros de uma burocracia qualquer com a função que exercem e o cargo que ocupam*, identificação que se exprime na existência de um cerimonial prefixado que garante o reconhecimento recíproco dos membros na qualidade de superiores e subalternos, bem como o reconhecimento da competência específica de cada um segundo o posto que ocupa; d) a direção, que não transcende a burocracia ou a organização, mas também faz parte dela sob a forma de administração, isto é, a dominação tende a permanecer oculta ou dissimulada graças à crença em uma *ratio* administrativa ou administradora, tal que dirigentes e dirigidos pareçam ser comandados apenas pelos imperativos racionais do movimento interno da Organização. *Em uma palavra, tem-se a impressão de que ninguém exerce poder porque este emana da racionalidade imanente do mundo organizado ou, se preferirmos, da competência dos cargos e funções que, por acaso, estão ocupados por homens determinados* (CHAUI, 1981, p. 09/10). (grifos meus)

A instituição escolar pré-fixa um conjunto de funções e atividades, devidamente hierarquizadas e regulamentadas por regimentos, estatutos, leis etc. que, em certa medida, objetiva tornar o burocrata um mero executor de funções do cargo. A grande questão é que isto acaba por escamotear algo mais profundo, que é a própria existência dos cargos e funções burocráticos. Tal existência não é natural, nem muito menos é algo necessário, mas é, de fato, uma construção social que expressa determinados interesses e estes interesses são os da burocracia enquanto classe social. Assim, quanto mais impessoal, mais racionalizada é a organização, mais é perceptível o poder e domínio da burocracia. Não me refiro aqui a excessos, autoritarismo, assédio moral etc. dos superiores, mas sim ao *modus operandi* “normal” de toda instituição burocrática. A escola não foge disto. À medida que se ocupa o cargo de reitor, de diretor, de coordenador etc. deve-se agir e fazer a fala que o cargo impõe. *Ou seja, deve-se exercer o poder que o cargo confere aos indivíduos que o ocupam*. Isto é um

imperativo do qual nenhum burocrata pode fugir. Tanto faz se o burocrata é mais “democrático” ou mais autoritário, mais carismático ou mais truculento, o que ele deve fazer é gerir, planejar, controlar a instituição da qual assume cargo de direção. As características pessoais de personalidade do burocrata em questão podem facilitar ou dificultar o processo de gestão, mas é isto que ele deve fazer.

A atividade que individualiza a escola perante as demais é sua atividade fim, ou seja, estabelecer a relação de ensino-aprendizagem. É para isto, no final das contas, o motivo de sua existência, contudo, o que se observa, em não raras ocasiões, é que esta é uma função muitas vezes pouco-valorada dentro da instituição ou pelo menos, menos valorada e menos valorizada que os cargos burocráticos. Isto pode ser verificado no poder que possuem os professores dentro da instituição e o poder que possuem coordenadores, diretores, chefes, reitor, pró-reitores etc. Além desta questão do poder de decisão e organização, também a própria remuneração salarial de ambas as classes é objeto de observação, pois quanto mais distante está o burocrata da atividade pedagógica, maior é sua remuneração. Assim, por exemplo, o diretor recebe salário de professor mais um conjunto de gratificações, sendo a de diretor a mais importante, que torna o seu salário muito maior do que o dos demais professores. Isto vale para quase todos os cargos. No caso das universidades, os cargos de reitor, pró-reitores etc. demonstram isto. Quanto menos o indivíduo exerce a atividade fim da escola: ensino, mais ele tem poder e maior é seu salário. Por que isto ocorre?

Como dissemos anteriormente, um dos interesses da burocracia é ampliar-se como classe no seio da sociedade capitalista. Ela faz isto através da criação de instituições e multiplicação de cargos dentro das instituições, assim, ela se amplia quantitativa e qualitativamente. Além deste aspecto, um outro interesse imediato da burocracia é ampliar sua remuneração constantemente e isto é mais fácil para ela do que para os docentes, trabalhadores administrativos etc., na medida em que há uma autovalorização de classe da função e papel da burocracia aliada ao poder e influência que tem junto a instâncias que definem as remunerações. A grande coincidência é que quem define as remunerações são exatamente outras frações da mesma classe burocrática. Numa escola privada, por exemplo, cujo salário de todos os trabalhadores é definido pelo dono da escola não é incomum o salário de coordenadores... ser maior que o de professores, por exemplo. Isto vale também para instituições estatais, mas nelas o processo é um pouco mais complexo, pois prevê negociação entre executivo, legislativo, sindicatos etc. Mas não anula o fato de que os critérios de remuneração serem diferenciais de acordo com o cargo ocupado e via de regra serem maiores para os cargos com maior poder e prestígio dentro de cada instituição. Para estabelecermos

um axioma matemático sobre isto, é lícito afirmar: quanto menos aulas tiver dentro da instituição um burocrata, maior será seu salário e poder. Trabalho em sala de aula e poder e dinheiro são inversamente proporcionais no que diz respeito à burocracia escolar. Coisa diversa se passa com a atividade docente propriamente dita, pois esta tem sua remuneração, via de regra, definida pela quantidade de aulas que ministra. Assim, para o professor, a quantidade de aula e remuneração são diretamente proporcionais. Isto, contudo, não vale para o poder de decisão e influência do professor nos rumos da instituição.

Estas características, ou seja, de os cargos burocráticos significarem maior poder, prestígio e remuneração gera dentro da escola uma certa competição entre os trabalhadores para ascenderem aos cargos. Tal ascensão pode ser feita de várias formas, variando de acordo com a instituição em particular: pode ser feito através de eleição, indicação, tempo de serviço dentro da organização, exames etc. A forma de escolha do burocrata não anula o caráter de burocracia da função que o indivíduo ocupa. Os cargos são também uma forma de cooptação dentro da escola. Pode ser utilizado para cooptar trabalhadores mais militantes e críticos dentro da escola. Por exemplo, algum professor ou trabalhador administrativo que questiona e critica as diretorias com frequência, que mobiliza os demais trabalhadores para entrarem em movimento grevista etc. são, não raras vezes, cooptados pelas chefias através da concessão de cargos, o que significa para estes trabalhadores aumento de salários, além de poder e prestígio dentro da escola. A estrutura burocrática de cada instituição, com seu conjunto de cargos, cria condições para amortecer conflitos, bem como incentivar uma certa cisão nos interesses particulares a cada classe através de mecanismos que levam os trabalhadores a competirem por cargos. Assim, a burocracia, como classe social no interior da escola, tem instrumentos fortes para manter a ordem das coisas, bem como seu domínio e poder⁷.

Quando um professor ou trabalhador administrativo sobe um degrau na escala de poderes da instituição, ou seja, assume algum cargo burocrático, ele deve realizar as funções que o cargo impõe. Uma característica da classe burocrática é a autoavaliação de sua função, bem como sua identificação com o cargo e com a instituição da qual é dirigente (MERTON, 1976). Um professor, como membro da classe intelectual, tem valores, concepções, modo de atividade etc. condizentes com esta

⁷ Uma discussão sumária, mas bem ilustrativa disto pode ser encontrada em Selznick (1976). Define cooptação da seguinte maneira: “Definimos previamente este conceito como o processo de absorção de novos elementos na liderança ou estrutura de decisões políticas de uma organização, como meio de evitar ameaças à sua estabilidade ou existência (SELZNICK, 1976, p. 91).

classe social. Assim, como expressão de interesses de classe, a intelectualidade visa mais tempo e verbas para a pesquisa científica e tecnológica, mais verbas para produção e divulgação do conhecimento, mais estrutura e condições para exercício da atividade docente, maior liberdade para elaborar projetos de pesquisa e extensão, mais verbas para publicação de livros, revistas científicas e técnicas etc. Ou seja, o modo de atividade desta classe implica que ela estabeleça determinados interesses que estão vinculados a este modo de atividade. O mesmo se dá com a classe burocrática. À medida que o professor assume o cargo, ele deixa, em grande medida, mesmo que temporariamente, de exercer a atividade docente e passa a exercer a atividade burocrática. Isto provoca no indivíduo metamorfoses psíquicas, sentimentais, valorativas derivadas do modo de atividade e interesses que brotam daí⁸.

Merton (1976) tem um interessante estudo que aponta esta questão, ou seja, de como a estrutura burocrática cria no indivíduo que assume o cargo determinada forma de agir, de ser e pensar, ou seja, de personalidade. A personalidade burocrática, que brota do modo de atividade burocrático expressa os interesses e concepções desta classe. Tendo consciência disto ou não, o burocrata, como aponta Merton, tem em sua personalidade algumas tendências que são verificáveis: a) identificação do burocrata com a instituição na qual trabalha, ficando esta em um nível bem elevado na escala de valores do indivíduo; b) identificação com o cargo, ou como denomina Merton: “orgulho de ofício”, que consiste num processo de autoavaliação por parte do indivíduo de seu cargo, de seu *status*, de seu poder dentro da organização; c) “sacralização das normas”, que é processo muito comum dentro das organizações burocráticas, ou seja, as normas, procedimentos técnicos deixam de ser meios e se transformam em fins, na prática e modo de pensar e agir do burocrata; d) isto conduz a um certo formalismo e tecnicismo na forma de agir e pensar do burocrata, que dá muito mais importância às normas, estatutos e regimentos do que no atendimento ao público ao qual se destina a organização da qual é dirigente; e) este modo formal de agir do burocrata conduz sua prática a uma categorização do público ao qual atende. O burocrata tem dificuldade de perceber os casos individuais e pessoais, tendendo a tratar tudo a partir de normas formais pré-fixadas; f) isto tudo é operado dentro de um grande nível de impessoalidade, característica de toda grande

⁸ Naturalmente que pode ocorrer de um professor assumir cargo burocrático sem deixar de exercer sua atividade docente e de pesquisa. Isto, contudo, não altera o sentido de nossa afirmação, segundo a qual seu modo de atividade acaba por lhe conferir novos elementos. A tendência, contudo, é que quanto mais tempo e mais o indivíduo ascende na hierarquia da instituição, mais ele se afaste da atividade docente e mais ele é conformado pelo *modos operandi* burocrático.

organização burocrática. Os casos de afetividade⁹, de tratamento pessoal etc. são evitados por tais organizações, pois nestas é mais seguro lidar com normas e práticas formais e impessoais. Isto evita determinados conflitos dentro da organização.

Assim, como é possível verificar, o modo de ser e agir do burocrata difere, na escola, do professor, a classe intelectual, bem como dos trabalhadores dos serviços gerais e administrativos. Este modo de atividade da burocracia, que conforma certa personalidade no indivíduo que assume o cargo é um imperativo da organização burocrática. A escola não pode fugir disto. Por ser uma organização burocrática, a escola tende a tudo burocratizar em seu interior. Sendo a burocracia a classe que detém o poder de organização, gestão, controle etc. dentro da escola, seu *modus operandi* tende a tudo subordinar.

Entendendo a burocracia como classe social, temos agora a condição de fazer o movimento inverso do que comumente se faz. Os ritos e procedimentos burocráticos da escola (normas rígidas, procedimentos abstratos, controle e punição, sistema de exames obrigatório e regulamentado etc.) são manifestação do modo de ser e de atividade de classe da burocracia. Isto torna o processo pedagógico também uma parte do fazer burocrático da instituição. O processo de ensino-aprendizagem deixa de ser na escola a atividade fim, configurando-se como uma parte da engrenagem de funcionamento da organização escolar. Toda a estrutura não pode parar e a atividade docente converte-se num movimento menor que compõe todo um processo e movimento organizacional. Por isto é necessário reger e regulamentar tudo dentro da escola: a sala de aula não foge disto. Pelo contrário, torna-se ela também burocrática. Isto pode ser verificado desde a autoridade do professor, que não pode ser questionada e quando o é, isto abala os mecanismos normais de funcionamento da instituição. Pode ser verificado também no conjunto de ritos comuns à sala de aula: horários rígidos para entrar e sair da sala de aula, obrigatoriedade no controle de frequência dos alunos, obrigatoriedade na realização de exames valendo nota¹⁰ etc. e, principalmente, no conjunto de normas e regimentos que regulamentam estas atividades dentro da sala de aula.

⁹ Não é incomum, dentro de determinadas empresas, escolas etc. estar explícitos nos regulamentos da instituição ser proibido relacionamentos afetivos entre os trabalhadores.

¹⁰ Afirma sobre isto Tragtemberg: “O melhor meio para passar nos exames consiste então em desenvolver o conformismo, submeter-se: isso é chamado de “ordem”. Portanto, colocam-se 3 objetivos ao docente: conformidade ao programa, obtenção da obediência e êxito nos exames” (TRAGTEMBERG, 1982, p. 37)

A escola, portanto, como esta instituição complexa, controlada e dirigida pela burocracia acaba por conformar uma prática pedagógica da qual é difícil desvencilhar-se. Tragtemberg (1982) a denomina “pedagogia burocrática”. Todos os trabalhadores estão subordinados a um certo modo de agir que já é previamente definido desde os altos escalões da burocracia estatal (MEC, secretarias municipais e estaduais de educação), até o nível da escola com seus diretores, reitores, pró-reitores, chefes, coordenadores etc. A prática pedagógica na escola tem que ser burocrática, por mais que um ou outro docente em específico queira agir de modo distinto, em certa medida, para que a instituição exista como tal, ele terá que agir burocraticamente, tendo ou não consciência disto. Naturalmente que, por exemplo, no caso docente, variando de instituição para instituição, a margem de manobra do docente é maior que a do burocrata. O professor pode ou não, por exemplo, fazer chamada, pode variar e tornar mais maleável e mais efetivos seus exames, pode ser mais ou menos intransigente com os alunos etc. O mesmo não se passa com o burocrata, que deve fazer o mecanismo como um todo funcionar, obedecendo a regras formais, segundo uma hierarquia definida e da qual ele é parte constituinte. Um professor, por exemplo, pode questionar, através de artigos, livros, debates nas instâncias organizativas da escola etc. todo o sistema educacional, a estrutura burocrática da escola etc. O burocrata, como membro de classe da burocracia deve exercer as funções e fazer o discurso do cargo. Ele pode até dizer que não concorda com determinado aspecto de suas funções, mas como burocrata, independentemente do que pensa, deve agir como tal: gerir, controlar, punir etc.

Classes e luta de classes na escola

Fica patente, diante de nossa exposição, que as relações no interior da escola não são harmônicas. As diferentes classes que a compõem, devido interesses particulares que possuem, necessariamente conflitam em seu interior. Burocracia e intelectualidade, intelectualidade e trabalhadores administrativos, trabalhadores dos serviços gerais e burocracia etc. se relacionam cotidianamente no interior da escola. Tal relacionamento é permeado por alianças e conflitos dependendo de cada caso concreto em específico.

O conflito mais comum existente na escola é sem sombra de dúvida entre intelectualidade e burocracia. A classe intelectual foi estudada de certa forma por Makhaiski (1981) já no final do século 19 e início do século 20, discutindo principalmente o caso do partido social-democrata russo, do qual inclusive recebeu várias repreensões por suas teses. Ele a denominava *intelligentsia* ou classe cultivada. Tal como demonstra

Viana (2012), a classe intelectual é aquela cujo modo de atividade define-se pela produção intelectual (científica, técnica, artística etc.). Ser intelectual aqui, portanto, não é ser “inteligente” ou “culto”, representação cotidiana comum do termo intelectual, mas sim ser membro da classe que na divisão social do trabalho se ocupa com este tipo de atividade.

A classe intelectual tem várias frações: os cientistas, os artistas, os técnicos, professores etc. Da mesma forma que possui várias frações, possui também vários estratos, sendo que uns se aproximam mais das classes dominantes ao passo que outros tem maior proximidade com as classes exploradas. A classe intelectual também, tal como todas as classes tem interesses históricos mais amplos e interesses imediatos. Seus interesses históricos consistem em assumir os rumos da sociedade, constituindo uma verdadeira tecnocracia. Este interesse, contudo, como ressalta Viana (2012) não se apresenta como uma realidade palpável de ser conquistada nem a longo prazo por esta classe. Resta, de um modo concreto à intelectualidade na sociedade capitalista buscar ampliar seus interesses imediatos (maiores rendimentos, maior investimento para pesquisa, publicação, laboratórios etc.) o que a torna uma classe auxiliar da burguesia. A intelectualidade, portanto, enquanto classe social, é uma classe conservadora, ou seja, devido seus interesses, sua posição na divisão social do trabalho não almeja a superação do modo de produção capitalista. Isto, contudo, não implica que um ou outro membro desta classe não tenha concepções e práticas revolucionárias. Mas para sê-lo, deve lutar contra sua própria classe e não defendendo seus interesses particulares de classe.

De acordo com a reflexão que estamos fazendo até agora, a classe intelectual se apresenta com certa autonomia no seio da sociedade moderna e suas várias frações e estratos tentam se afirmar a todo momento na sociedade. As instituições escolares são o lugar *par excellence*, mas não único, de realização da atividade intelectual na sociedade capitalista. Obviamente que há variações. Por exemplo, a intelectualidade na universidade tem muito mais poder, força, maior rendimento, *status* etc. do que a intelectualidade em escolas básicas, principalmente as estatais. Estas diferenças, contudo, não excluem o elemento que a caracteriza como classe social, ou seja, produzir produtos intelectuais: ideologias, obras artísticas etc.

Embora a intelectualidade e a burocracia sejam classes distintas, como já afirmamos anteriormente, o trânsito entre elas é algo comum e cotidiano. Isto, contudo, não exclui a possibilidade de lutarem entre si. Isto é facilmente observável no interior das instituições escolares. Há, desde uma luta mais espontânea e cotidiana que

consiste em conflitos individuais entre professores e burocratas por questões as mais variadas, até formas mais organizadas de ação de conjunto de professores no interior da escola com vistas a criticar determinada prática dos burocratas gestores da instituição. Este tipo de conflito é algo permanente na escola e em determinados momentos pode assumir formas bem drásticas de oposição radical de interesses.

Mas além dos conflitos entre intelectualidade e burocracia, percebe-se também, às vezes em menor grau, a luta entre trabalhadores administrativos e burocracia. Da mesma forma que o descrito anteriormente, os trabalhadores administrativos defendem seus interesses particulares: menor jornada de trabalho, aumento de salário, melhores condições de trabalho dentro da instituição, crítica à intransigência e autoritarismo de alguns burocratas, aumento de autonomia e diminuição da relação de subordinação aos cargos burocráticos etc. e algumas destas reivindicações colidem com a burocracia e isto gera conflitos entre ambas as classes. A luta entre trabalhadores dos serviços gerais e burocracia é menos freqüente, dado a condição social dos indivíduos que compõem esta classe serem dentro das instituições escolares algo sempre mais precarizado. Além do fato, claro, de grande parte destes trabalhadores, nas instituições públicas serem hoje trabalhadores de empresas terceirizadas o que torna sua situação ainda mais complicada, visto não debaterem diretamente com a burocracia escolar, mas sim com os burocratas e patrões das empresas para qual trabalham.

Também pode se dar o conflito entre intelectuais e trabalhadores administrativos, bem como administrativo e trabalhadores dos serviços gerais etc. Ou seja, a escola é uma fonte de inúmeras contradições e estas são, em grande medida, derivada da existência de uma certa quantidade de classes sociais que se digladiam cotidianamente no dia-a-dia da escola.

Resta, para finalizarmos nossa análise, considerar os estudantes, que dentro da escola são um grupo permanente e, no discurso propalado, são a razão de existência da instituição escolar. Eles são o pivô de não raros conflitos dentro da escola: seja contra professores, administrativos, burocratas. Contudo, é lícito afirmar que as contradições entre estudantes e demais grupos dentro da escola sejam conflitos de classe? São os estudantes uma classe social?

De acordo com a base teórica que estamos defendendo aqui, não é possível entender os estudantes como sendo uma classe social específica, pois eles não compõem uma parcela da divisão social do trabalho, estão, na verdade, na condição de estudante, fora desta divisão. Da mesma forma, na condição de estudante, pode-se

encontrar indivíduos que são trabalhadores e estudantes simultaneamente, bem como entre os estudantes, as famílias podem ser de origem proletária, burguesa, burocrática etc., ou seja, a condição de estudante não coloca o indivíduo em uma ou outra classe social. Ou então, estudantes cuja família é policlassista (mãe intelectual e pai burocrata, por exemplo).

O que se pode perceber, identificando as particularidades dos estudantes é que esta é uma condição dos indivíduos na sociedade capitalista em processo de ressocialização, composto geralmente, mas não unicamente, pela juventude. Assim, pode-se dizer que os estudantes, nas instituições escolares são uma condição social de um grupo mais amplo: a juventude, em fase de ressocialização, ou seja, trânsito do indivíduo da instituição familiar para a instituição escolar.

Assim, os estudantes, por constituírem uma condição social com características mais ou menos semelhantes, acabam por conformarem também determinados interesses que lhes caracterizam e é por isto que conflitam constantemente com as classes que compõem a escola. Também podem empreender lutas individuais ou coletivas contra professores, contra burocratas etc. Neste particular, afirma-se de maneira férrea o papel da “pedagogia burocrática”, como *modus operandi* da escola, onde professores, burocratas e trabalhadores administrativos criam inúmeros recursos para controlar e dirigir os estudantes no interior da escola. Horários rígidos de entrada e saída da escola, de entrada e saída da sala de aula, norma e regimento regulamentando processos de conduta dos estudantes, chamadas e diários controlando sua permanência, exames e notas medindo seus saberes e competências etc. Assim, embora os conflitos nos quais os estudantes estejam diretamente envolvidos sejam contradições não são, contudo, luta de classes, posto que este grupo não se constitui uma classe social como as demais.

Últimas palavras

À guisa de conclusão, pode-se dizer que a burocracia como classe social apresenta várias frações e uma destas é a burocracia escolar. Esta é especializada em dirigir as instituições escolares. Seu modo de atividade acaba por configurar, também dentro das escolas todo um procedimento e prática pedagógica também burocrático. Isto ocorre justamente por que a burocracia é a classe dirigente, hegemônica dentro da instituição. Esta hegemonia, contudo, não é exercida sem maiores problemas. Devido ao fato de a escola abrigar, para existir como tal, um conjunto de classes e grupos, suas relações internas são permeadas por conflitos. Desde a luta entre burocracia e intelectualidade, entre burocracia e trabalhadores administrativos e de serviços gerais,

entre intelectualidade e as demais classes etc. Este conjunto de conflitos, expressão de luta de classes, ainda é mais complexo, pois conflitos de outra natureza, que não de classe também povoam esta instituição: entre estudantes e professores, estudantes e burocratas, estudantes e trabalhadores administrativos... Além de conflitos pessoais etc. Este é um aspecto da escola que não podemos escusar a análise. Esta nota tem a pretensão de lançar algumas luzes à discussão e abrir futuros debates.

REFERÊNCIAS

BRINTON, M. **Os bolcheviques e o controle operário**. Porto: Afrontamento: 1975.

CHAUÍ, M. **Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas**. São Paulo: Moderna, 1981.

CUNHA, L. A. **Uma leitura da teoria da escola capitalista**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1980.

GOMBIN, R. **As origens do esquerdismo**. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1972.

GUILERM, A & BOURDET, Y. **Autogestão: uma mudança radical**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

ILLICH, I. **Sociedade sem escolas**. Petrópolis: Vozes, 1977.

KOSIK, K. **Dialética do concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

MAIA, L. **Comunismo de conselhos e autogestão social**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2010.

_____. **As classes sociais em O Capital**. Pará de Minas: VirtualBooks, 2011.

MAKHAISKI, J. W. **A ciência socialista, nova religião dos intelectuais**. In: TRAGTEMBERG, M. **Marxismo heterodoxo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MATTICK, P. **Marx y Keynes: los limites de la economia mixta**. Ciudad del Mexico: Ediciones Era, 1975.

_____. **Integração capitalista e ruptura operária**. Porto: A Regra do Jogo, 1977.

MARX, K. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Lisboa: Editorial Presença, s/d.

_____. **O 18 Brumário e Cartas a Kugelman**. São Paulo: Paz e Terra, 1986.

- _____. **Estado e sociedade.** In: IANNI, O. Marx: Sociologia. São Paulo: Ática, 1984.
- MERTON, R. K. **Estrutura burocrática e personalidade.** In: CAMPOS, E. (org.) Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- MILIBAND, R. **O Estado na sociedade capitalista.** Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- NIDELCOF, M. T. **Uma escola para o povo.** São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PANNEKOEK, A. **Os conselhos operários.** Madrid: ZYX, 1977.
- SELSNICK, P. **Cooptação: um mecanismo para a estabilidade organizacional.** In: CAMPOS, E. (org.) Sociologia da burocracia. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.
- STEIN, S. A. **Por uma educação libertadora.** Petrópolis: Vozes, 1976.
- TRAGTEMBERG, M. **Sobre educação, política e sindicalismo.** v. 1. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. **Burocracia e ideologia.** São Paulo: Ática, s/d.
- VIANA, N. **A teoria das classes sociais em Karl Marx.** Florianópolis: Bookess, 2012.
- _____. **A consciência da história:** Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.
- _____. **Estado, democracia e cidadania: a dinâmica da política institucional no capitalismo.** Rio de Janeiro: Achiamé, 2003.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria.** Disponível em: www.sabotagem.revolt.org, acesso em 10/09/2012

AS CONTRIBUIÇÕES DE ÉLISÉE RECLUS PARA A GEOGRAFIA E A EDUCAÇÃO LIBERTÁRIA

Marcos Augusto Marques Ataídes*

João Gabriel da Fonseca Mateus**

Introdução

O presente trabalho é fruto dos debates que ocorreram durante o grupo de estudo “O anarquismo e a questão ambiental em Reclus”, que ocorreram durante o segundo semestre de 2011 na Universidade Estadual de Goiás - Unidade Anápolis, orientado pelo professor Marcos Augusto Marques Ataídes, com a participação de alunos desta e de outras instituições, além de professores da rede estadual. Nas leituras a respeito do referido autor percebeu-se que suas posturas políticas contribuíram para estabelecer uma geografia associada às concepções libertárias em algumas de suas obras, tendo o mesmo, sempre demonstrado uma preocupação em estabelecer uma relação entre o conhecimento geográfico e a educação libertária.

Nessa perspectiva foi feito um recorte nesses estudos para apresentar o presente artigo, que tem como objetivo geral expor brevemente as concepções de uma geografia libertária comprometida com a transformação social. Tal debate foi “esquecido” durante muitos anos dentro da ciência geográfica, mas felizmente nas últimas décadas do século XX e nas primeiras do século XXI, o debate em torno dos autores anarquistas tem crescido o que estimulou uma procura nas obras de Reclus e nas suas análises geográficas.

O anarquismo situado historicamente

O anarquismo ainda é considerado um termo pejorativo. Sua definição etimológica de origem grega (sem governo) foi sempre associada à desordem, em decorrência, sobretudo, da ausência do “chefe” ou no caso do Estado. Essa definição que aparece no dicionário Aurélio da Língua Portuguesa (2000), mostra claramente o desconhecimento epistemológico no qual esse termo, que surgiu na Grécia, com diferentes filósofos, mostrava que o Estado era uma violência contra o indivíduo. Por

*Graduado em Licenciatura em Geografia pela UFPEL/RS; Mestre em Educação pela PUC/GO; Professor do curso de Licenciatura Geografia da Universidade Estadual de Goiás - UEG/UnUCSEH. E-mail: ataidesmarcos@gmail.com.

**Graduando em História pelo IFG – Câmpus Goiânia. Autor do livro *Educação e Anarquismo: uma perspectiva libertária* (Rizoma Editorial, 2012). Membro do corpo editorial da Revista Espaço Livre. E-mail: joaogabriel_fonseca@hotmail.com

exemplo, Sócrates afirmava que “os sábios não deveriam abrir mão da liberdade em prol do Estado” e até mesmo Kropotkin destacou o que Zenão dizia sobre o papel da autoridade do Estado, já que o filósofo grego “repudiava a onipotência do estado, sua intervenção e regimentação, e proclamava a soberania da lei moral do indivíduo”.

No entanto, o anarquismo como uma prática que coloca em cheque a desordem produzida pela (des) organização do Estado ao longo da história procura evidenciar que o princípio de controle e autoritarismo que advêm da força do Estado em beneficiar as classes dominantes, não é algo natural. Nesse sentido,

Raciocinar deste modo é ignorar completamente os progressos realizados no domínio da história durante os últimos oitenta anos; é desconhecer que o homem, antes de sentir o peso do Estado, viveu em sociedade no decurso de milhares e milhares de anos; é olvidar que, na Europa, o Estado é de origem recente, visto que data, apenas, do século XVI; é esquecer, enfim, que os períodos gloriosos da humanidade foram aqueles em que as liberdades não tinham sido ainda esmagadas pelo Estado, naqueles períodos em que as massas humanas viviam em comunas e em federações livres (KROPOTKIN, 2000, p. 9).

As colocações de Kropotkin (1842-1921) procuravam mostrar claramente no século XIX, que esse Estado não é algo natural, conforme outros geógrafos como Ratzel e La Blache defendiam, mas uma criação das relações do capitalismo moderno. Em que pese na análise do referido autor, o Estado nos Impérios Antigos associados às cidades ocidentais como, por exemplo, Roma e Grécia, que mesmo na antiguidade já sofriam críticas pela violência contra o indivíduo, mostra que esses conflitos são fruto de um processo alimentado em qualquer sociedade que se organiza pela divisão de classes.

Porém, pensar o anarquismo apenas como antiestatismo é um reducionismo imperioso. O anarquismo deve ser compreendido como uma corrente de socialismo situado em um tempo e espaço. Por isso, entendemos que as estratégias lançadas pelos anarquistas sobre a questão da educação é fundamental para situar o anarquismo no tempo e no espaço. O que apresentaremos aqui é a posição de Reclus que considerava a questão da educação, autonomia e do convencimento estrategicamente fundamentais (CORRÊA, 2011, p. 45).

Vejamos que o próprio anarquista francês diz em *A Evolução, a Revolução e o Ideal Anarquista*.

“A emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores”, diz a declaração de princípio da “Internacional”. Esta frase é verdadeira em seu

sentido mais amplo. Se é certo que sempre ditos “providenciais” pretenderam fazer a felicidade dos povos, não é menos certo que todos os progressos humanos foram realizados graças à própria iniciativa de insurretos ou de cidadãos já livres. É, portanto, a nós mesmos que incumbe libertar-nos, todos nós que sentimos oprimidos, de qualquer maneira que seja, e que permanecemos solidários a todos os homens lesados e sofredores, em todas as regiões do mundo. Mas, para combater, é preciso saber. Já não basta lançar-se furiosamente à batalha, como cimbrós e teutões, berrando sob seu escudo ou em um chifre de auroque; chegou o tempo de prever, calcular as peripécias da luta, preparar cientificamente a vitória que nos dará a paz social (RECLUS, 2002, p. 51).

Quando Reclus apresenta a indissociável relação da educação para com a Revolução ele está deixando claro que a formação humana passa por momentos de desenvolvimento do pensamento humano e este deve caminhar para a destruição do capitalismo. Para Reclus existe uma educação moral associada à luta do proletariado. Esta educação em seus escritos não deixou de conter uma crítica anarquista para o desenvolvimento de uma luta radical e revolucionária sobre a sociedade de classes e a vida sob a tutela anti-humana do Estado.

O conhecimento geográfico e a luta libertária

A geografia escolar aparece sempre associada às determinações do Estado, do Imperialismo e nacionalismo. No entanto foi durante o século XIX, que surgiu uma “Geografia Anarquista” nas obras e nas concepções políticas militantes de Piotr Kropotkin e Jean Jacques Élisée Reclus, que defendiam os princípios de uma Educação Libertária condizente com a prática da filosofia anarquista. No entanto, a militância desses dois geógrafos levou-os ao ostracismo dentro da Ciência Geográfica que tanto defendiam e contribuíram. Um exemplo desse processo mostra o quanto o sistema capitalista tem como princípio o extermínio das ideias que ousam contestar sua estrutura e sonham com a sua destruição.

A luta de Reclus em mostrar através de diferentes espaços geográficos na maneira como a opressão vai se consolidando através de relações mediadas pela luta de classes, sua explanação em “A origem da família, do Estado e da propriedade” que está expressa em O Homem e a Terra, permite percebermos essa relação.

A guerra, sob suas mil formas, foi uma das grandes causas, a mais importante de todas as que contribuíram para a instituição da propriedade privada. Antigamente a maioria dos economistas se comprazia em descobrir na apropriação do solo a mais nobre origem, o trabalho. Mas a observação do que ocorre entre os primitivos atuais

mostra que esse ponto de partida deve ter sido exceção. O trabalho do solo realizado no seio de uma comunidade por um dos membros beneficia naturalmente o conjunto dos co-participantes, sem que por isso estes pensem em outorgar ao zeloso companheiro algum privilégio que o distinga absolutamente dos demais. As desigualdades de poder causadas por lutas intestinas e pelas guerras explicam bem melhor as desigualdades de posse que se introduziram no governo das sociedades (RECLUS in ANDRADE, 1985, p. 67).

Nessa perspectiva, as concepções de uma geografia anarquista ou libertária desenvolvida por Reclus tinha como finalidade a promoção de uma educação libertária que tem como objetivo a emancipação do indivíduo, resgatando assim brevemente as contribuições para reflexão de uma possível “Geografia Anarquista” esquecida por gerações de geógrafos, porém, sempre lembrada pela sua importância. Isso nos autoriza a afirmar que uma ciência desenvolvida em uma estrutura burguesa, não é desculpa para não ousar desafiar o *status quo* dominante e seu princípio de existência.

Uma das primeiras afirmações de Reclus (2011) a respeito da Geografia Escolar do seu tempo questionava o conhecimento inútil dessa ciência preocupada em armazenar dados sem significados para os alunos. Élisée Reclus foi implacável em criticar as estruturas do ensino de geografia baseados na reprodução de livros didáticos. Em suas palavras:

Sobretudo em Geografia, ou seja, precisamente no estudo da natureza terrestre, convém proceder pela visão, pela observação direta desta Terra, que nascer e que eu dou o pão que nos alimenta; mas o ensino da geografia, como continua ainda em nossas escolas carrega a marca dos tempos escolásticos: o professor pede ao aluno um ato de fé, pronunciando, além disso, em termos cujos sentidos não dominam; recita prontamente os nomes dos cinco rios da França, de três cabos, de dois golfos e um estreito; sem referir esses nomes a nenhuma realidade precisa. Como poderia fazê-lo, se o mestre jamais lhe apresenta nenhuma das coisas que fala e que se acham não obstantes, na mesma rua, em frente à porta da escola, nos rios e charcos de água que formam a chuva? (RECLUS, 2012, p. 15-16).

A realidade escolar de Reclus remonta ao século XIX. Mas quanto dessa perspectiva ainda está presente nas escolas brasileiras? Quantos jovens apresentam resistências ao ensino de Geografia associado puramente ao livro didático que continua sendo o único “instrumento de aprendizagem” nas escolas públicas e nas privadas onde existem ainda as apostilas? Enfático sobre tais questionamentos que apresentam o engessamento do pensamento geográfico, Reclus diz: “Não há texto para o ensino

da geografia nas escolas primárias. Não conheço um só que não esteja infectado do veneno religioso, patriótico ou, o que é ainda pior, da mentalidade burocrática” (RECLUS, 2012, p. 27).

Nessas considerações do geógrafo e anarquista francês, podemos perceber sua atualidade, já que se tratava de um alerta em relação ao ensino das crianças, desenvolvido pelo Estado, que através das instituições criava-se uma profunda alienação em relação às questões sociais, levando-o ao distanciamento de uma educação emancipatória, libertária.

A educação para Reclus é uma relação entre o ideal pedagógico e a revolução na busca incessante pela educação integral, aquela que forma indivíduos em sua integralidade. Nas próprias palavras de Reclus, uma boa educação “comporta, portanto, um grupo de crianças bastante considerável para que elas possam entregar-se a obras comuns, atividades alegres e vivamente realizadas” (RECLUS, 2010, p. 20-21).

Ao criticar os fundamentos essenciais da instituição escolar, ele considera a educação do capitalismo como uma limitadora da liberdade do indivíduo que introjeta a naturalização das relações humanas (a hierarquia, as classes sociais, o capitalismo e a consecutiva exploração advinda desses elementos). Assim, a base da propriedade, relação fundamental para se entender o capitalismo, faz o homem manifestar-se por “índices de posse, tais como as marcas feitas sobre o pêlo ou a carne do animal” (RECLUS in ANDRADE 1985, p.66).

A negação da educação religiosa também é enfoque de Reclus, pois isto representa confiar a instrução aos inimigos da ciência (*idem*); (Ver também MATEUS, 2012). Em seus escritos, Élisée Réclus expôs claramente sua crítica à mentalidade cristã fomentada pela Igreja Católica, fazendo reflexões sobre a visão estreita da educação de sua época que propunha uma educação estritamente profissional, a qual era útil para as indústrias e não para a humanidade.

Em prefácio escrito para seu amigo russo Piotr Kropotkin na obra Palavras de um Revoltado, Reclus aponta que,

Não é, em absoluto, na escolha de novos senhores que está a salvação. É preciso que nós, anarquistas, os inimigos do Cristianismo, lembremos a toda uma sociedade, que se diz cristã, estas palavras de um homem do qual ela fez um deus: “Não digais a ninguém: Senhor, Senhor!” Que cada um permaneça o senhor de si mesmo. Não vos volteis para os púlpitos oficiais, nem para esta

ruidosa tribuna, na vã espera de uma palavra de liberdade (RECLUS in KROPOTKIN, 2005, p. 17).

Para sair dessa vida metafísica, Reclus fala sobre liberdade do indivíduo. Sobre a liberdade absoluta de pensamento e ação, o francês anarquista contrapõe as limitantes do mundo capitalista e as bases cristãs deste, expõe as condições para o desenvolvimento do pensamento livre e afirma a liberdade do indivíduo.

É desnecessário dizer que esta liberdade absoluta de pensamento, de expressão e de ação, é incompatível com a manutenção das instituições que põem restrição aí? Pensamento livre, que faziam a expressão sob forma de juramento definitivo, irrevogável, e pretendem até mesmo forçar o trabalhador a cruzar os braços, a morrer de inanição diante da ordem de um proprietário. (...) Sim, os anarquistas rejeitam a autoridade do dogma e a intervenção do sobrenatural em nossa vida, e, neste sentido qualquer fervor que eles tragam para a luta por seu ideal de fraternidade e de solidariedade, são inimigos da religião (RECLUS, 2002, p. 76).

Em referência aos progressos da ciência ao longo do tempo, Reclus aponta as principais necessidades de conhecimento que um revolucionário deve ter, sendo inseparável a necessidade de o “ideal da sociedade futura” (RECLUS, 2002) de agir e pensar livremente. Assim, a clara relação entre ciência e privilégio está exposta, sendo que tais privilégios são de uma determinada classe social que detém meios de expropriação, por exemplo, no capitalismo a burguesia e suas classes auxiliares que se apropriam do saber.

Outro elemento fundamental de se pensar é a sua concepção geográfica. Ramos (2012) diz que:

Para ele, as condições naturais poderiam ser (relativamente) determinantes quanto menos avançada fosse a organização social. A influência das condições naturais variava de lugar para lugar e de época em época. Portanto, era essencialmente antideterminista. Era ainda anticlerical, sempre procurando criticar as ações das instituições religiosas, do presente e do passado. Como grande parte dos anarquistas, suas posições eram favoráveis à igualdade de gêneros (RAMOS, 2012, p. 4).

Além disso, Reclus não “aceitava uma lei geral para toda a humanidade, na sua mudança do estado tribal ao Estado, pois cada povo possuía seus próprios caminhos. Para ele, diversas épocas coexistiam, pois o presente trazia consigo os vestígios, as marcas, as cicatrizes do passado” (ibidem, p. 14).

Considerações finais

À guisa de conclusão devemos procurar salientar que entender o pensamento de Élisée Reclus passa em compreender fundamentalmente as relações entre Reclus e a educação; isto através da sua trajetória no campo da geografia; e principalmente da sua luta política, enquanto militante anarquista. Afirmamos isso, pois, conforme o próprio Reclus deixa claro, a livre vontade do indivíduo em coletivo é o motor primeiro das dinâmicas sociais, ou seja, o plano político e espacial.

A considerada ruptura, transformação social na qual os oprimidos organizados lutam contra a destruição das relações de exploração só emana da própria autoformação e de suas próprias ações sem mediações institucionais como fica claro no pensamento de Élisée Reclus. Parafraçando Reclus, “A fundação de uma instituição, ainda que fosse para combater abusos gritantes, implica necessariamente a criação de novos abusos (RECLUS, 2002, p. 83)”.

As considerações traçadas por Reclus contribuem para um debate que procura resgatar a geografia libertária do seu ostracismo. E assim, podemos indagar: quantas das questões levantadas sobre Reclus continuam pertinentes no atual ensino de Geografia? O princípio de conhecimento e de interação com o meio em que se vive para transformar o aluno em um participante do ensino e não apenas em um mero espectador, já haviam sido levantadas por Reclus e outros anarquistas, com intuito de mostrar que a aprendizagem ocorre na plenitude da relação que se dá com o objeto a ser estudado, no caso da geografia, como ensinar sem procurar vivenciar a realidade.

Por mais que esses escritos foram feitos no século XIX, a crítica estabelecida ao ensino e à geografia continuam pertinentes, pois apresentam a relação que existe entre a educação e a luta de classes existente no sistema capitalista, que transformam a educação em um processo de submissão do indivíduo às regras feitas pelo Estado e por seus gerenciadores (os burocratas) que eliminam qualquer forma autônoma de pensar. É nessa perspectiva que deve ser lido a obra de Reclus, para que se deva entender que a ciência geográfica e o conhecimento geográfico nem sempre são sinônimos, mas na maior parte das vezes apresentam na forma dialética de compreender como se desenvolve as relações sociais no espaço geográfico.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manuel Correia de. Élisée Reclus. São Paulo: Editora Ática, 1985.

CAMPOS, R. R. O Anarquismo na geografia de Élisée Reclus. In: Élisée, Rev. Geo. UEG - Porangatú, v.1, n.1, p.1-26, jan./jun. 2012.

CORRÊA, Felipe. Ideologia e Estratégia: Anarquismo, Movimentos Sociais e Poder Popular. São Paulo: Faísca, 2011.

KROPOTKIN, Piotr. O Estado e seu papel histórico. São Paulo: Imaginário, 2000.

RECLUS, Élisée. Prefácio. In: KROPOTKIN, Piotr. Palavras de um Revoltado. São Paulo: Imaginário, 2005.

MATEUS, J. G. F. Educação e Anarquismo: uma perspectiva libertária. Rio de Janeiro: Rizoma Editorial, 2012.

RECLUS, Élisée. A origem da família, do Estado e da propriedade. In: ANDRADE, Manuel Correia (org.). Élisée Reclus. São Paulo: Editora Ática, 1985.

RECLUS, Élisée. A evolução, a revolução e o ideal anarquista. São Paulo: Imaginário e Expressão & Arte, 2002.

RECLUS, Élisée. Anarquia pela educação. São Paulo: Hedra, 2011.

RECLUS, Élisée. KROPOTKIN, Piotr. Escritos sobre Educação e Geografia. São Paulo: Biblioteca Terra Livre, 2012.

RECLUS, Élisée. O Homem e a Terra – Educação. São Paulo: Imaginário/ Expressão & Arte, 2010.

O SINDICALISMO REVOLUCIONÁRIO COMO ESTRATÉGIA DOS CONGRESSOS OPERÁRIOS (1906, 1913, 1920)

João Gabriel da Fonseca Mateus*

O objetivo deste texto é identificar e caracterizar a perspectiva de organização proletária assumida nos Congressos Operários de 1906, 1913 e 1920 na cidade do Rio de Janeiro. Objetiva-se ainda explicitar as mudanças entre as concepções assumidas nesses três congressos (o primeiro realizado de 15 a 22 de abril de 1906; o segundo de 8 a 13 de setembro de 1913 e o terceiro congresso de 23 a 30 de abril de 1920), mostrando as similitudes e diferenças assumidas ao longo dessas duas décadas que separam esses congressos.

Tem-se como elemento norteador desse texto a *estratégia* utilizada pela classe trabalhadora que tem representado um acúmulo de experiências para os teóricos, compondo uma forma de autogestão social. A derrocada do sindicalismo revolucionário mostrou mais uma vez a força voraz do Estado de cooptar, reprimir e por fim à luta dos trabalhadores, sendo um inimigo da autoemancipação dos trabalhadores.

Este texto terá como fontes primárias as Resoluções dos dois primeiros Congressos Operários reunidas na obra *Classe Operária no Brasil (1889 – 1930). Documentos – Vol 1. O Movimento Operário* de Paulo Sérgio Pinheiro e Michael Hall¹¹, além do *Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário* de agosto de 1920 disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth da UNICAMP e alguns números do *Jornal A Voz do Trabalhador*, órgão da Confederação Operária Brasileira, também disponível ao público nesse centro de documentação.

O Primeiro Congresso Operário, realizado entre os dias 15 e 22 de abril de 1906 deu um passo significativo para a organização do sindicalismo revolucionário no Brasil fruto do “ascenso do movimento operário revolucionário” (SAMIS, 2004, p. 135).

*Graduando em Licenciatura em História pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás. Autor do livro *Educação e Anarquismo: uma perspectiva libertária* (Rio de Janeiro, Rizoma Editorial, 2012). Membro do corpo editorial da Revista Espaço Livre e bolsista do PIBID/Capes.

¹¹ PINHEIRO, P. S.; HALL, M. *A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930) - Documentos – Vol 1. O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

Porém, essa não foi a primeira organização de trabalhadores no Rio de Janeiro e no Brasil. Conforme Oscar Farinha Neto aponta, após as greves de 1903 na capital federal surge uma necessidade de criação de um órgão que “coordenasse o movimento das diversas classes trabalhadoras” (NETO, 2007, p. 21). E dessa necessidade irá surgir, neste mesmo ano, a Federação das Associações de Classe, cujo modelo de organização era inspirado no sindicalismo na versão de Émile Pouget, então secretário-geral da CGT¹² francesa.

Essa nascente federação já contava com as bases pilares do que será a COB posteriormente: o internacionalismo. Com as influências da FORA (Federação Operária Regional Argentina) – de bases anarco-sindicalistas – a federação passa-se a chamar Federação Operária Regional Brasileira, com forte influência anarquista e que terá a possibilidade de uma reunião geral (Congresso) no ano de 1906.

Esse Congresso, chamado primeiramente de Congresso Operário Regional Brasileiro¹³, contou com a participação de 43 delegados de vários estados do Brasil representando as 28 associações de trabalhadores. Em deliberação, aprovou-se a filiação (muito mais uma continuação) das teses do congresso ao modelo do sindicalismo revolucionário francês¹⁴.

Do Congresso que surgirá a COB (oficialmente em 1908) está próximo aos moldes do sindicalismo revolucionário da CGT (*Confédération Générale du Travail*) francesa e do anarco-sindicalismo europeu. Nesse congresso foi deliberado que não ocorreria nenhuma vinculação a partidos (ou a um modelo ou diretriz proletária), sendo que o congresso via “como ‘única base sólida de acordo e de ação’ os interesses econômicos comuns a toda classe operária” (DULLES, 1977, p. 27). É compreendendo a realidade operária como uma interpretação do passado que a COB reafirmaria suas bases sem uma doutrina política única a ser seguida. Porém, há de ressaltar que existia uma maioria de militantes anarquistas em sua composição, fato que não nos autoriza a

¹² Confederação Geral do Trabalho.

¹³ De acordo com Samis (2004, p. 135), foi a comissão de redação das deliberações finais do congresso que deu o nome do encontro de Primeiro Congresso Operário Brasileiro, já que se tratava de um Congresso nacional e não regional.

¹⁴ De acordo com Pinheiro e Hall (1979, p. 41): “o Congresso de 1906 mostra a clara influência do sindicalismo revolucionário: há mesmo uma menção ao operariado francês como ‘o modelo de atividade e iniciativa ao trabalhador brasileiro’”.

dizer que o Primeiro Congresso Operário defendeu o anarco-sindicalismo ou o anarquismo. O Primeiro Congresso, como veremos adiante, assumirá o sindicalismo revolucionário e não, o anarco-sindicalismo.

Nos liames da compreensão do método federativo como “o único método de organização compatível com o irreprimível sentimento de liberdade”, o *tema 3 das bases do Congresso*, que tocava no assunto da *organização*, definia a federação como:

(...) a mais larga autonomia do indivíduo no sindicato, do sindicato na federação e da federação na confederação e como unicamente admissíveis simples delegações de função sem autoridade, e delibera, outrossim, fazer as necessárias práticas para a sua fundação (...). Delibera também que a Confederação só admita sindicatos cuja base essencial seja a resistência sobre o terreno econômico (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 49).

No tocante à *Ação Operária*, o Congresso aprovaria uma das bases pilares do sindicalismo revolucionário: a ação direta. A ação direta era composta por diversas ações, destacando-se a greve geral ou parcial, o boicote, a sabotagem, etc.

Sobre ação operária

Tema 1

“(...) o Congresso aconselha como meios de ação das sociedades de resistência ou sindicatos todos aqueles que dependem do exercício direto e imediato de sua atividade, tais como a greve geral ou parcial, a boicotagem, a sabotagem, o label, as manifestações públicas, etc., variáveis segundo as circunstâncias de lugar e de momento” (idem, 1979, p. 51).

Ainda de acordo com as *Bases do Acordo da Confederação Operária Brasileira*, aprovadas pelo Congresso, dever-se-ia constituir um jornal que levasse a cabo as lutas dos trabalhadores. Nesse sentido, o objetivo de criar o jornal *A Voz do Trabalhador* (nome já definido no Primeiro Congresso), seria o de “estudar e propagar os meios de emancipação do proletariado e defender em público as reivindicações econômicas dos trabalhadores (...)” (idem, p. 42).

O Jornal

O órgão da Confederação será redigido por uma comissão escolhida entre os seus membros e pela Comissão Confederal e publicará, segundo esta ordem, de preferência:

1.º) Informações sobre o movimento operário e associativo;

- a) Resumo das resoluções das sociedades aderentes;
- b) Convocação e avisos das sociedades aderentes;
- c) Artigos que a redação considerar contidos nos limites marcados pelas presentes bases de acordo, assim como redigidos de modo compreensível, e isentos de questões pessoais.

11 – O Congresso dirá, cada ano, se a redação do jornal correspondeu à confiança nela depositada (idem, p. 43).

Ainda sobre as questões do papel da imprensa operária e a emancipação, Edgar Rodrigues ressalta que o jornal *A Terra Livre* no número de 13 de agosto de 1906, discutiu o papel do Primeiro Congresso Operário para a imprensa burguesa. Relacionando a imprensa e o modo organizativo do Congresso - o sindicalismo revolucionário - Rodrigues ressalta no jornal:

A Internacional, desfeita por causa das lutas de partido no seu seio, deve ser memorável lição para todos. Se o Congresso tivesse tomado um caráter libertário, teria feito obra de partido, não de classe. (...) Mas se o Congresso se não foi, a vitória do anarquismo, foi, porém, indiretamente útil à difusão das nossas ideias (*A TERRA LIVRE apud RODRIGUES, 1969, p. 131*).

Dessa forma, o Congresso não se definiu como anarquista, mas assumiu um caráter revolucionário de bases sindicalistas. A outra grande preocupação do Primeiro Congresso Operário Brasileiro foi “a transformação de todas as entidades operárias em sindicatos de ofício, cujos objetivos seriam a defesa dos interesses econômicos e a resistência” (SEGATTO, 1987, p. 38).

É importante ressaltar que durante toda a Primeira República do Brasil, a imprensa operária foi um importante órgão da propaganda libertária. Nesse âmbito, o periódico *A Voz do Trabalhador* circulou de 1908 até 1915 e era a publicação oficial da Confederação Operária Brasileira, (SILVA, s/d, p. 13) sob a direção do operário gráfico espanhol Manuel Moscoso.

Entendemos então que foi com o Primeiro Congresso Operário Brasileiro, que iria constituir a COB (Confederação Operária Brasileira) se instituiu um modelo organizativo revolucionário que naquele período foi de suma importância ao movimento operário revolucionário: o *sindicalismo revolucionário*. Todas as teses básicas do sindicalismo revolucionário – neutralidade sindical, federalismo,

descentralização, antimilitarismo, ação direta, greve geral, antinacionalismo, violência revolucionária, etc. estão contidas nas declarações dos congressistas (NETO, 2007, p.26). Dessa forma, de acordo com Edgar Rodrigues, quando vem à tona esse novo tipo de sindicalismo ocorre uma substituição do sindicalismo de caráter reformista.

O sindicalismo reformista e possibilista dava lugar a um novo movimento operário de cariz revolucionário que, sem desprezar as reivindicações econômicas imediatas, introduziu novos objetivos como a instrução e a capacitação profissional, a cultura de seus associados através do esperanto, do conhecimento da história social e da filosofia. (...) O jornalismo, o teatro amador de contestação e a poesia, eram alguns dos meios usados pelo movimento operário para construir a sua própria cultura, tendo por meta o ideal social de autogestão. Seu objetivo era provocar a derrocada do Estado, acabar com o regime de pobres e ricos, de exploradores e explorados, para reconstruir em cima das ruínas do velho sistema burguês uma Sociedade Nova, autogerida, onde todos tivessem direitos e deveres iguais. Estes temas começaram a ser frequentemente tratados na imprensa operária e social, tornando-se uma verdadeira escola para os trabalhadores ligados a este sindicalismo autônomo (RODRIGUES, 1997, s/p).

Muitos autores ao longo de suas produções confundiam ou colocavam o *anarco-sindicalismo* como sinônimo de *sindicalismo revolucionário*. Felipe Corrêa e Alexandre Samis fazem uma análise mais detida e que aprofunda essa discussão, não desvinculando um ou outro ao anarquismo, mas as analisando enquanto estratégias do anarquismo. Para o autor “o sindicalismo revolucionário nunca se colocou, explícita e conscientemente, em vínculo com o anarquismo” (CORRÊA, 2011, p. 83). Porém, isso não deixa de vincular o anarquismo ao sindicalismo revolucionário.

o sindicalismo revolucionário é uma estratégia do anarquismo – um vetor social -, que foi impulsionada determinadamente pelos anarquistas, ainda que tenha tomado corpo em todo um contingente popular amplo de anarquistas e não-anarquistas, corpo esse que constituiu sua verdadeira base, e faz com que não seja possível atribuir completamente o fenômeno do sindicalismo revolucionário aos anarquistas (idem, p. 83).

O autor ainda continua:

“O que diferencia esse sindicalismo revolucionário do anarco-sindicalismo é que o primeiro nunca se vinculou explicitamente e conscientemente ao anarquismo, diferentemente do segundo” (idem, p. 83).

Assim, entende-se que uma organização anarco-sindicalista tem em suas bases, os princípios anarquistas; e uma *organização sindicalista revolucionária*, no caso o

sindicato, não tinha nas suas bases apenas aos princípios anarquistas. Esta última deveria ter o acúmulo de forças para “ser uma associação da classe trabalhadora, abarcando dentro de si quaisquer trabalhadores que, na condição de assalariados, e tendo em comum as necessidades econômicas, poderiam utilizar a ação direta como meio de luta” (idem, p. 135). Porém, é interessante dizer que os sindicatos foram um importante espaço de militância para os anarquistas nos anos 20 no Brasil e não o único. Afirmar isso seria negar toda a construção histórica de estratégias de luta que o anarquismo construiu ao longo de suas lutas e seria, no mínimo, um reducionismo com grandes consequências.

Ao analisar o Primeiro Congresso, o português e anarquista Neno Vasco, afirmara que o “Congresso não foi, de certo, uma vitória do anarquismo. Não o devia ser. (...) Se o Congresso tivesse tomado caráter libertário [*querendo dizer, anarquista*], teria feito obra de partido, não de classe” (VASCO *apud* SAMIS, 2002, p. 196) [*observação e grifo nosso*].

No ano de 1912, após a organização do chamado *Congresso Pelego* feito por Mário da Fonseca, filho do presidente da República Hermes da Fonseca, a Federação Operária do Rio de Janeiro nomeou a *Comissão Reorganizadora da COB* com o intuito de rearticular a formação do Segundo Congresso Operário que aconteceria em setembro do próximo ano. De acordo com o historiador Alexandre Samis, deste Congresso que contou com a participação de duas federações estaduais, cinco federações locais e mais de cinquenta sindicatos, quatro jornais (*A Voz do Trabalhador*, do Rio de Janeiro; *A Lanterna*, de São Paulo; *Germinal*, de São Paulo e *O Trabalho* de Bagé, Rio de Janeiro), ligas e associações do país, a “representatividade havia crescido e, na sua grande maioria, as propostas do Primeiro Congresso foram corroboradas pelas plenárias de 1913” (SAMIS, 2004, p. 137). No entanto, o cerne das discussões deste Congresso girava em torno das questões de cooperativismo, carga horária diária de trabalho, salário mínimo, bolsas de trabalho e principalmente, do modelo organizativo, afirmando mais uma vez o sindicalismo revolucionário.

Os Temas

Tema 1

(...) O Segundo Congresso Operário Brasileiro, mesmo tendo em conta a devida liberdade de preferências e de ação política dada aos sindicatos fora do sindicato, convida a classe trabalhadora do Brasil a, repelindo a influência dissolvente da política, dedicar-se à obra da organização operária sindicalista, que, considerada dentro da ação operária, é o meio mais eficaz e mais

poderoso para a conquista de melhoras imediatas de que necessita para o fortalecimento da luta para a sua completa emancipação (PINHEIRO e HALL, 1979, p. 188).

No limiar das discussões sobre o papel do Congresso, o que e como os trabalhadores deverão se organizar, surge a questão das bolsas de trabalho. Estas bolsas estavam em discussão pelo caráter quase integral que alguns militantes tinham na COB. Assim, definiu, por negar o funcionalismo burocrático. Assim,

o Segundo Congresso Operário Brasileiro entende que a obra essencial e primária da organização é a resistência e a propaganda e que, por isso, a instalação de bolsas de trabalho não deve nunca embarçar a ação de resistência, devendo o serviço de colocação ser feito pelas próprias comissões administrativas dos sindicatos, para se evitar o funcionalismo burocrático (idem, p. 194).

As bases definidas no Segundo Congresso são mais eficazes e mais claras no que diz respeito à propaganda e à educação para os trabalhadores. Além da questão das bolsas de trabalho, instituiu-se a retomada de *A Voz do Trabalhador*, já que a imprensa operária “é o meio mais eficaz para orientar as massas populares” (idem, p. 196). É nesse contexto de apoio à imprensa operária que o trabalho de Maria Nazarteh Ferreira (1988) tem destaque ao apontar que existiam cerca de 343 títulos de jornais operário no território brasileiro. O reaparecimento do jornal oficial da COB foi um fator de ascenso desta organização, já que o próprio jornal era entendido como “reflexo de todo o movimento operário do Brasil” (idem, p. 210).

Retomando as decisões do Segundo Congresso, ficou-se aprovado ainda na seção *Moções de Solidariedade*, o caráter internacionalista da luta pela emancipação humana. Moções de apoio foram mandadas a trabalhadores do México, CGT da França, trabalhadores de Portugal e da Espanha, para reafirmar “o espírito de solidariedade” que deve “estar de perfeito estado para todos os trabalhadores do globo” (idem, p. 202). Esta rede de solidariedade internacional daria cabo à criação no de 1915 do *Congresso Internacional da Paz* e ao *Congresso Anarquista Sul-Americano*, sendo que este último tinha o papel de “clivar diferenças sensíveis entre o sindicalismo e o anarquismo” (SAMIS, 2004, p. 138).

Continuando ainda os apoios, na Terceira Parte do Relatório da Confederação Operária Brasileira, veicula-se uma homenagem para Francisco Ferrer y Guardia, anarquista espanhol que foi fuzilado em 13 de outubro de 1909 pelo governo espanhol. Ferrer, o criador das Escolas Modernas foi caracterizado como um “homem

que soube num decênio de penoso estudo constituir um exército de homens educados nos mais elevados sentimentos de solidariedade” e assim, “grande foi o abalo sentido pelo operariado consciente do Brasil” (idem, p. 210). Ainda destaca-se a decisão de recusar fórmulas burocráticas nos estatutos sindicais, além de reafirmar a propaganda anti-militarista e do internacionalismo.

Afirma Pinheiro e Hall (1979, p. 172),

O Congresso Operário de 1913 continuava a linha adotada pelo Congresso de 1906 (...). A linguagem é algumas vezes mais militante do que a do congresso anterior, e há alguns toques bastante ecléticos (como no tema 10), mas o teor geral continua a ser sindicalista-revolucionário, como em 1906. O folheto do congresso, que vai reproduzido abaixo, juntamente com as resoluções, também inclui informação sobre a preparação do congresso, e um pequeno histórico da Confederação Operária Brasileira (COB), que permitem compreender melhor o significado do congresso.

Cerca de um ano pós o Segundo Congresso Operário, no número 63 datado de 1º de outubro de 1914, o jornal *A Voz do Trabalhador* publicava um apelo aos trabalhadores para se manifestarem novamente contra a Guerra Mundial. Neste número, o texto *A Internacional Operária Contra a Guerra* reafirmava o caráter internacionalista dos pressupostos defendidos pelo jornal e reafirmados no Segundo Congresso.

Diversas organizações operárias, atendendo ao apelo da Confederação Operária Brasileira, realizaram em suas sédes, no dia 13 de setembro findo, comícios e sessões de protesto contra a atual conflagração europeia de solidariedade para com o operariado de todos os países em luta! Em diversas cidades, como no Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Santos, etc., a polícia, zelosa no apoio aos opressores das classes trabalhadoras, não permitiu a efetuação das manifestações operárias nem mesmo na sede de suas associações! Abaixo a tirania burguesa! Abaixo a guerra! Viva a solidariedade universal! (A VOZ DO TRABALHADOR, nº 63, 1º de outubro de 1914, p. 1).

Outro elemento recorrente na imprensa da COB era os apelos pela paz mundial. A Primeira Guerra Mundial que assolava a Europa tinha ecos no Brasil e aqui, o jornal *A Voz do Trabalhador* fazia apelos contra o militarismo. No número de 7 de abril de 1915, vem em destaque no artigo *Pela Paz – O grande comício de hoje* que esse movimento “de caráter essencialmente internacional, a agitação de hoje constituirá a primeira grande manifestação pública a favor da paz, contra a guerra”. E ainda, “insistimos vivamente para que nenhum dos nossos amigos deixe de, com sua

prezença, contribuir para a impotencia a significação da manifestação” (A VOZ DO TRABALHADOR, nº 69, p. 2).

Na Europa o bolchevismo tornava-se vitorioso, colocando abaixo, via repressão, os conselhos operários. Tais acontecimentos tiveram ressonâncias em todo o mundo, causando o processo de criação de Partidos Comunistas, como por exemplo, o PCB. No caso específico do Brasil, vários militantes anarquistas irão arregimentar a justificativa do bolchevismo no Brasil¹⁵, concordando com as teses da Terceira Internacional. Isso sem dúvida foi um elemento estruturante que contribuiu para a derrocada do sindicalismo revolucionário, se não, do anarquismo no Brasil.

No ano de 1920 organizar-se-á o *Terceiro Congresso Operário Brasileiro* que tem algumas particularidades que remetem a própria dinâmica que o país estava passando: a transformação do quadro industrial no Pós-Primeira Guerra Mundial. Conforme Neto (2007) aponta, a “I Guerra Mundial criou condições favoráveis ao rápido crescimento da indústria brasileira” (idem, p. 14). Além disso, vários acontecimentos, como por exemplo, as greves de 1917, sobretudo a Greve Geral de julho¹⁶ na cidade de São Paulo e suas ressonâncias, foram elementares para a nova dinâmica da COB.

De acordo com o Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário, as questões do contexto são passíveis e necessárias de serem analisadas. Vejamos:

O 3º C.O.B., tendo em vista as condições particulares aos meios operários do Brazil, reafirma em suas linhas geraes as declarações feitas nos Congressos de 1906 e 1913; por outro lado, porém, examinando e ponderando a situação historica de facto em que se encontra o proletariado mundial neste momento, julga necessário estabelecer, em termos precisos, um criterio fundamental, positivo e realista, pelo qual deverão orientar-se todas as organizações, todas as lutas, todos os esforços dos trabalhadores do Brazil (Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário, Ano I, nº I, agosto de 1920).

¹⁵ DULLES (1977), diz que Otávio Brandão entrou em conflito com suas teses (até então anarquistas) e a crescente bolchevique no país, sendo que, Astrojildo Pereira, militante que deixou as correntes anarquistas para defender o bolchevismo, lhe forneceu livros que justificasse que o bolchevismo não era reformista. Para maior aprofundamento ver Dulles (1977, p. 148 – 151).

¹⁶ Para este intento, cf. LOPREATO, C. R. *O Espírito da Revolta: a greve geral anarquista de 1917*. São Paulo: Annablume/FAPESP, 2000.

Assim, de acordo com Samis (2004, p. 139), o Terceiro Congresso realizado em 1920, defendeu a prioridade da sindicalização por indústrias, em “detrimento da organização por ofícios”, sendo que as decisões dos congressos anteriores são reafirmadas com certas questões particulares do próprio contexto. Essa resolução que aprovara a preferências pelos sindicatos de indústria em detrimento dos de comércio é bastante clara. Essa substituição reflete as alterações tecnológicas em curso, pois “preconizava a organização de sindicatos de indústria, em lugar dos sindicatos de ofício” (NETO, 2007, p. 14).

Outro elemento específico de declínio do *sindicalismo cobista* vem na década de 1920. O brasileiro Jhon W. Foster Dulles afirma que a Liga Operária da Construção Civil de São Paulo propôs ao Terceiro Congresso que se filiasse a Terceira Internacional, caso que não ocorreu por posições de Astrojildo Pereira (este se vinculará ao bolchevismo posteriormente) e Edgard Leuenroth¹⁷. Porém, a decisão do Congresso foi o de “transmitir seus ‘votos de felicidade ao importante acontecimento de Moscou, cujos princípios ferais verdadeiramente correspondem às aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo o mundo’” (DULLES, 1977, p. 113). No entanto, a criação do PCB em 1922 e as disputas entre anarquistas e bolchevistas sob o controle dos sindicatos de resistência, que resultaram no conflito entre diversas federações, foi fator crucial de derrota do sindicalismo revolucionário. Concomitantemente, a constante repressão do Estado favoreceu para esta derrocada.

Por fim, compreende-se que os Congressos Operários foram assumidamente sindicalistas revolucionários, compostos por princípios que não são exclusivamente anarquistas. O sindicato que representava um espaço de luta do proletariado se tornou um empecilho e um amortecedor do conflito capital/trabalho. Assim, a força do burocratismo estatal dos sindicatos e, sobretudo, com a ascensão do Partido Comunista do Brasil na década de 20 e das medidas do governo getulista marcaram o caminhar a passos largos para o enfraquecimento, senão, para o fim do sindicalismo de bases revolucionárias para se tornar um local a ser combatido. Combater os sindicatos se torna um passo importante para o fim da sociedade de classes.

¹⁷ Em *O Operariado do Brasil e a situação internacional proletária*, vê-se: “1 – Declarar a sua expectativa sympathica em face da 3ª Internacional de Moscou, cujos princípios geraes correspondem verdadeiramente as aspirações de liberdade e igualdade dos trabalhadores de todo no mundo (Boletim da Comissão Executiva do 3º Congresso Operário, Ano I, nº I, agosto de 1920, p. 15).

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOLETIM DA COMISSÃO EXECUTIVA DO 3º CONGRESSO OPERÁRIO. Ano I, nº I, agosto de 1920.

CORRÊA, Felipe. *Ideologia e Estratégia: anarquismo, movimento sociais e poder popular*. São Paulo: Faísca, 2011.

DULLES, J. W. F. *Anarquistas e Comunistas no Brasil (1900 – 1935)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

FERREIRA, Maria Nazareth. *Imprensa Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1988.

Jornal A VOZ DO TRABALHADOR, Órgão da Confederação Operária Brasileira. Ano VII, nº 63, 1º de outubro de 1914.

Jornal A VOZ DO TRABALHADOR, Órgão da Confederação Operária Brasileira. Ano VIII, nº 69, 7 de abril de 1915.

NETO, Oscar Farinha. *A Atuação Libertária no Brasil: A Federação Anarco-Sindicalista*. Rio de Janeiro: Achiamé, 2007.

PINHEIRO, P. S.; HALL, M. *A Classe Operária no Brasil (1889 – 1930) - Documentos – Vol 1. O Movimento Operário*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979.

RODRIGUES, Edgar. *Trabalho e Conflito. Pesquisa 1906 – 1937*. Rio de Janeiro: Arte Moderna, s/d.

RODRIGUES, Edgar. *Pequena história da Imprensa Social no Brasil*. Florianópolis: Insular, 1997.

RODRIGUES, Edgar. *Socialismo e Sindicalismo no Brasil – 1675 – 1913*. Rio de Janeiro: Laemmert, 1969.

SAMIS, Alexandre. *Minha Pátria é o Mundo Inteiro: Neno Vasco, o anarquismo e o sindicalismo revolucionário em dois mundos*. Lisboa: Letra Livre, 2009.

SAMIS, Alexandre. Pavilhão negro sobre pátria oliva: sindicalismo e anarquismo no Brasil. In: COLOMBO, Eduardo (orgs.). *História do Movimento Operário Revolucionário*. São Paulo: Expressão e Arte & Imaginário, 2004.

SEGATTO, José Antonio. *A Formação da Classe Operária no Brasil*. São Paulo: Mercado Aberto, 1987.

SILVA, J. *O Nascimento da Organização Sindical no Brasil e as Primeiras Lutas Operárias (1890-1935)*. S/d.

VASCO, Neno. *Concepção Anarquista do Sindicato*. Porto: Afrontamento, 1984.

HANNAH ARENDT: DA IDEOLOGIA POLÍTICA BURGUESA DA CONCEPÇÃO DE REVOLUÇÃO À DETURPAÇÃO DO PENSAMENTO DE MARX

Adriano José Borges*

Analisaremos aqui a concepção de revolução da filósofa Hannah Arendt (1906-1975) e sua deturpação da concepção marxista de revolução. Tomaremos como referência a obra *Da revolução*, de Hannah Arendt. A filósofa alemã busca nas duas grandes revoluções do século XVIII, a Revolução Americana e a Francesa, a fundamentação para o seu conceito de revolução. A busca da liberdade é a característica fundamental para designar um processo revolucionário, acepção dessa autora. Essa ideia, segundo Arendt, foi possível a partir das revoluções do século XVIII, no combate ao antigo regime que barrava a participação do povo sem liberdade de decidir sobre a sua vida.

Assim, a liberdade, para Arendt, está ligada à tomada de decisões políticas, favorável à ideia de um governo representativo e o seu papel de “promover a felicidade da sociedade, o único objetivo legítimo do bom governo” (ARENDR, 1988, p. 103). A autora utiliza a comparação das duas revoluções, Revolução Francesa e Americana, para formar o seu conceito. Vejamos a seguir. Primeiro, a autora inicia a sua abordagem através da origem da palavra. Segundo ela,

A palavra revolução foi originalmente um termo astronômico, que cresceu em importância nas ciências naturais com o *De revolutionibus orbium coelestium* de Copérnico. Nesse emprego científico, o vocábulo reteve seu preciso significado latino, designando o movimento regular, sistemático e cíclico das estrelas, o qual, visto que todos sabiam que não dependia da influência do homem e que era, portanto, irresistível, não era certamente caracterizado nem pela novidade, nem pela violência. Ao contrário, a palavra indica claramente uma recorrência, um movimento cíclico; é a perfeita tradução latina de *Políbio*, um termo que também teve origem na astronomia e foi usado metaforicamente no campo da política. Se era usado nos assuntos humanos sobre a terra, só poderia significar que as poucas formas conhecidas de governo giram entre os mortais em eterna recorrência, e com a mesma força irresistível que faz com que as estrelas sigam suas trajetórias preestabelecidas no espaço. Nada poderia estar mais distanciado do significado original da palavra revolução do que a ideia que se apoderou obsessivamente de todos os revolucionários, isto é, que eles são agentes num processo que resulta no fim definitivo de uma velha ordem, e provoca o nascimento de um novo mundo. Se o caso das revoluções modernas

*Graduado em História pela Universidade Estadual de Goiás

fosse tão nítido como uma definição didática, a escolha da palavra revolução seria ainda mais intrigante do que realmente é. Quando, de início, a palavra desceu dos céus e foi introduzida para descrever o que acontecia na terra entre os mortais, apareceu claramente como uma metáfora, transportando a noção de um movimento eterno, irresistível e sempre recorrente às oscilações aleatórias, aos altos e baixos do destino humano, que haviam sido comparado ao nascer e ao pôr do sol, da lua e das estrelas, desde tempos imemoriais (ARENDETT, op. cit., p. 34).

Assim, uma palavra que dava sentido a fenômenos naturais passa a ser empregado para designar um fenômeno político. A revolução francesa e americana dará outro significado à palavra revolução. A ideia de mudança, de inovação passa a fazer parte dos acontecimentos revolucionários. É nesse sentido que as revoluções tornam-se parte, segundo Arendt das ações humanas. Para a autora, a Revolução Francesa é oposta à Revolução Americana, a primeira enfoca a necessidade como processo revolucionário e a segunda a liberdade. Segundo ela, as ações que os homens participantes da Revolução Francesa desempenharam impossibilitaram o reconhecimento de seu papel na história e na transformação da política. Na Revolução Americana ocorreu o contrário, o homem se tornou “senhor de seu destino”, o papel da predestinação ligada à religião puritana favoreceu a ação humana e o seu reconhecimento na luta pela liberdade. Essa situação, segundo Arendt, ocorreu devido às diferenças das duas revoluções: uma social, Revolução Francesa, e a outra liberal, Revolução Americana, e a finalidade que tiveram as suas ações, a Revolução Francesa teve na necessidade do povo o fator primordial de suas ações, já a Revolução Americana teve na busca da liberdade o fator do processo revolucionário.

Para Arendt, a Revolução Francesa possibilitou uma nova abordagem da filosofia, que passou a ser ligada à história a partir da revolução, deixou de ser abstrata e especulativa, passou a fazer parte do estudo dos acontecimentos e das ações humanas: a filosofia transformou-se numa teoria dos assuntos humanos. Além de transformar a filosofia, a história da Revolução Francesa agiu sobre o significado do termo da revolução. Segundo Arendt, a busca pela necessidade e não pela liberdade política na França destruiu o papel revolucionário. Para a autora, a necessidade da população miserável se impôs à liberdade política na Revolução Francesa,

A direção da Revolução Americana permaneceu comprometida com a implantação da liberdade e o estabelecimento de instituições duradouras, e, àqueles que atuavam nessa direção, nada era permitido que estivesse fora do âmbito da lei civil. O rumo da Revolução Francesa foi desviado desse curso original, quase desde o início, pela urgência do sofrimento; isso foi ocasionado pelas exigências de libertação não da tirania, mas da necessidade, e

impulsionado pelas ilimitadas proporções da miséria do povo e pela piedade que essa miséria inspirava (ARENDDT, op. cit., p. 73).

Segundo a autora, o grande problema da Revolução Francesa foi limitar-se na busca da necessidade e posteriormente no sentimentalismo e na compaixão representada por Robespierre. “A guerra contra a hipocrisia e a corrupção transformou a ditadura de Robespierre no Reinado do Terror” (ARENDDT, op. cit., p.78). No caso da Revolução Americana, a compaixão está longe de se estabelecer como processo revolucionário, mais a prosperidade e o enriquecimento que fizeram parte do seu processo do que a necessidade. Para a autora, a ideia de abolir a pobreza na América surge com os próprios imigrantes que vieram do velho mundo. A busca pela prosperidade e pelo enriquecimento no novo mundo, ligada à ideologia da predestinação, serviu de base para a liberdade política, fruto da Revolução Americana. Esses acontecimentos favoreceram, segundo Arendt, a busca pela liberdade. Assim, a revolução, para Arendt, só é possível quando a luta da sociedade está vinculada a essa liberdade.

E desde que a noção corrente no mundo livre é de que é a liberdade, e não a justiça, nem a grandeza, e nem a necessidade, o critério mais alto para o julgamento de constituições de corpos políticos, não é apenas o nosso entendimento de revolução, mas nossa concepção de liberdade, nitidamente revolucionária em sua origem, que pode medir até que ponto estamos preparados para aceitar ou rejeitar essa coincidência (ARENDDT, op. cit., p. 34).

Desta forma, fundamenta-se a ideia de revolução da autora, totalmente liberal. Por conseguinte, Arendt aborda as famosas leis dos direitos humanos na França como não pertencentes ao corpo político e a divisão de poderes na Revolução Americana como proteção de uma possível tirania, “o equilíbrio do poder é fundamental para produzir a liberdade de decidir o melhor para a sociedade”(ARENDDT, op. cit. p.123). Assim, o governo limitado torna-se essencial na manutenção das liberdades individuais, segundo a autora. Esse é o papel do governo após a revolução, proteger as liberdades individuais da população.

Essa é a concepção de governo e revolução de Arendt. Entretanto, a autora comete diversos equívocos que serão analisados a seguir. A concepção de Arendt de revolução originada pela busca da liberdade tem como influência dois pensadores liberais, John Locke e John Adams. O primeiro, na defesa da propriedade e a liberdade individual do século XVII e, o segundo, na formação de um novo homem na América pertencente à própria Revolução Americana. “É claro que reflexões sobre o novo continente, que deram origem ao novo homem, tais como as que já citei, de

Crevecoeur e John Adams, e que podiam ser encontradas em inúmeros outros e menos destacados escritores...” (ARENDR, op. cit., p. 37).

A influência de John Locke e John Adams e a defesa da Revolução Americana sistematizam no pensamento da autora a concepção liberal da revolução. Essa análise pode ser aprofundada na abordagem sobre o papel do governo. Para a autora, o governo deve exercer um papel limitado através do equilíbrio do poder. Essa ação favorece as liberdades individuais e protege a população da tirania. São essas características de governo que John Locke defende,

... a única maneira pela qual alguém se despoja de sua liberdade natural e se coloca dentro das limitações da sociedade civil é através de acordo para com os outros homens para uma vida confortável, segura e pacífica, desfrutando com segurança de suas propriedades (LOCKE, 1994., p. 139).

O equilíbrio do governo, segundo Arendt, é a defesa da liberdade individual e, para John Locke, o equilíbrio do governo produz a defesa da vida e das propriedades. Nesse caso, as concepções de governo dos dois pensadores se aproximam. No entanto, o problema encontrado no pensamento de Arendt não se refere somente à sua concepção e sim suas abordagens sobre a Revolução Americana e Francesa. Primeiramente, a análise negativa da Revolução Francesa e a deturpação que a autora faz da teoria marxista sobre o conceito de revolução. Arendt afirma sobre isto que o conceito de revolução em Marx está ligado somente à questão social. Segundo a autora, Marx se preocupava mais com a história do que com a política (liberdade), por isso, ele foi o culpado pela deturpação do conceito de revolução. Voltaremos a falar sobre esse assunto mais a frente, somente cabe afirmar que essa visão de Arendt não tem nenhum sentido com a concepção de revolução em Marx. Ao analisar a necessidade como problema da revolução, Arendt nega o contexto histórico da Revolução Francesa e sua totalidade abstraindo as condições reais das causas da revolução.

Para a autora, a população miserável foi culpada pela Revolução Francesa não seguir o caminho da Revolução Americana, a compaixão e a piedade dos governantes com o povo desviaram o caminho da revolução. Ora, a autora, ao abordar a Revolução Francesa, coloca as condições materiais como algo negativo. Porém, são essas condições materiais formadas pela luta de classes que produz a história. Segundo Marx:

A história de todas as sociedades que existiram até nossos dias tem sido a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, barão e

servo, mestre de corporação e companheiro, numa palavra, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca, ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre, ou por uma transformação revolucionária, da sociedade inteira, ou pela destruição das duas classes em luta (MARX, 1998, p. 20).

Assim, a história é fruto das relações de classes e a Revolução Francesa foi fruto dessa história. Os diversos levantes da população miserável possibilitaram a queda do antigo regime e a ascensão da burguesia ao poder que predomina nos dias atuais com a sua exploração sobre a classe trabalhadora.

Outro problema que podemos visualizar na concepção de revolução de Arendt, é a deturpação das ideias de Karl Marx sobre a revolução. Para a autora, Marx foi o grande culpado da mudança de significado do termo revolução, foi a sua obra que transformou o conceito de revolução, ligado à liberdade política, desde a luta contra o antigo regime, para o conceito de liberdade contra a exploração (necessidade). Isso foi possível, segundo a autora, porque Marx estava ligado mais à história do que à política. Na verdade, a busca da revolução de Arendt está vinculada ao passado, à luta da liberdade política burguesa contra o absolutismo.

Arendt ao tratar o pensamento de Marx ligado à história separado da política, nega a própria concepção de totalidade de Marx, que tem como pressupostos que as ações humanas são fruto de suas relações sociais nas suas múltiplas determinações que compõem um todo. Assim, como a teoria da totalidade para explicar o todo, sem separar e colocar as partes como autônomas (abstração), o pensamento de Marx também analisa a história sem separá-lo do político. Arendt, ao criticar Marx, não compreende a totalidade de seu pensamento e muito menos a concepção materialista da história e o método dialético. Portanto, a crítica de Arendt sobre Marx não passa de uma deturpação que a própria Arendt faz sobre a concepção marxista.

... seja como for, não há dúvida de que o jovem Marx convenceu-se de que a razão pela qual a Revolução Francesa falhara em instituir a liberdade foi porque fracassou em resolver a questão social. Daí ele concluir que liberdade e pobreza eram incompatíveis (ARENDR, op. cit., p. 49).

Para Arendt, esse foi o papel de Marx. Ora, o problema é que a autora não consegue perceber que a liberdade entre os homens não se cria sem que as necessidades estejam superadas. A exploração e a dominação das classes subordinadas é a própria negação da liberdade; logo, concreta e logicamente, não pode haver

liberdade enquanto as relações sociais se assentarem na exploração e na dominação de uma classe sobre as demais. A liberdade é fruto da igualdade de condições, por isso, Marx afirma a emancipação humana, livre de toda a forma de exploração. Somente nesse sentido que se pode falar de liberdade. Por conseguinte, a autora analisa o problema da necessidade como assuntos técnicos.

... o problema da pobreza não deve ser resolvido através da socialização e do socialismo, mas através de meios técnicos; pois a tecnologia, ao contrário da socialização, é na verdade, politicamente neutra; nem prescreve e nem exclui qualquer forma de governo (ARENDR, op. cit. p. 52).

Ora, na sociedade capitalista a tecnologia encontra-se nas mãos da burguesia e não pertence à classe trabalhadora. Nesse sentido, a tecnologia passa a fazer parte das relações sociais, ela é produto dessas relações e está a serviço da sua reprodução, portanto ela pertence aos meios de exploração de uma classe sobre a outra. A sua criação na sociedade capitalista não é neutra, ela é fruto de recursos destinados a aumentar o processo de produção e reproduzir a exploração sobre a classe trabalhadora. Portanto, ao afirmar que a tecnologia não pertence a nenhuma forma de governo e é excluída dos meios políticos, a autora demonstra a limitação da sua consciência de classe, que está a serviço da legitimação ideológica da dominação burguesa, ela expressa a sua perspectiva de classe e seus valores. Nesse aspecto, a concepção de Arendt expressa a ideologia política burguesa, na forma de “filosofia” política.

Por conseguinte, a ideia principal da autora sobre a revolução está ligada à liberdade. Essa liberdade foi possível, segundo Hannah Arendt, por existir na América um homem novo, produtor de seu destino. Assim, esse novo homem produziu a liberdade política, posteriormente surgiu um governo limitado pelo seu poder favorável à manutenção das liberdades individuais. Entretanto, na história da Revolução Americana esse novo homem pertencia à população livre, eram excluídos desse processo toda a população escrava, a qual nos EUA manteve-se em maior número.

Assim, a ideia de liberdade política pertenceu na América apenas a alguns grupos seletos, fugindo de uma liberdade de toda a sociedade. Como acontece atualmente sob os governos representativos, a liberdade de escolha do presidente, do governador, dos políticos em geral existe como forma ideológica favorável à classe dominante. A ideologia da representação foi a forma “democrática” para a perpetuação da burguesia no poder. Essa é a concepção de revolução de Hannah

Arendt que não corresponde aos interesses da classe trabalhadora e sim aos da classe burguesa.

REFERÊNCIAS

ARENDDT, H. *Da Revolução*. Brasília: UnB; São Paulo: Ática, 1988.

LOCKE, J. *Segundo tratado sobre o governo civil*. Tradução de Magda Lopes e Marisa Lobo da Costa. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.

MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto comunista*. São Paulo: Boitempo, 1998.

MARX, K. *A guerra civil na França*. Tradução de Eduardo Chitas. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Coleção: Assim lutam os povos.

_____. “Carta circular a A. Bebel”. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/m-e/1870s/1879circu.htm>. Acessado em: 22 de julho de 2010.

_____. *Crítica ao Programa de Gotha*. Disponível em: file:///C:/site/livros_gratis/gotha.htm. Acessado em: 27 de julho de 2010.

_____. *O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte*. Tradução de Silvio Donizete Chagas. 6ª ed. – São Paulo: Centauro, 2008.

_____. *Para a crítica da economia política*. Do *Capital*. Tradução de Edgar Malagodi. 2ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 2005.

_____. “Prefácio a contribuição da crítica da economia política”. In: _____. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. Tradução de Edgar Malagodi. 3ª ed. – São Paulo: Nova Cultural, 2006.

TRADUÇÃO*

Benefícios secundários do crime

Karl Marx

Prefácio

A presente tradução foi feita a partir da versão francesa e comparada com a versão espanhola do texto. Ambas foram traduzidas do original em alemão, contido na coletânea feita por Karl Kautsky denominada: “*Theorien uber den mehrwert*” (1905-1910). A tradução francesa foi retirada do texto “*Bénéfices secondaries du crime*” que faz parte do livro “*Déviance et Criminalité*”, organizado por Denis Szabo, no ano de 1970¹⁸. Comparamos a tradução feita a partir do francês com dois textos em espanhol: no primeiro texto, intitulado “Elogio del crimen”, retirado da internet¹⁹, no qual o qual se distingue da versão francesa em três aspectos:

- No título, o qual dá uma denotação de apologia ao crime e à criminalidade;
- No final do parágrafo existe uma distinção entre as versões. Na versão que circula na internet existe uma frase certas referências que não encontramos nem na versão francesa, nem da coletânea “Elogio del crimen”. Essas referências são citadas em nota de rodapé.
- Por fim, a versão que circula na internet não contem os dois últimos parágrafos que se encontram nas outras versões.

A segunda tradução para o espanhol possui maior fidedignidade com a versão francesa. Esta foi retirada do livro “*Clásicos de la criminología*”, publicado e traduzido por Luiz Rodriguez Manzera em 1989²⁰.

Comentário:

*Tradução por Diego Marques e Marcelo Di Marchi. E-mails: no.passaran@yahoo.com.br e bigodiskydemarchi@yahoo.com.br respectivamente.

¹⁸ No original: *Dévianceet criminalité*. Textos reunidos por Denis Szabo com a colaboração de André Normandeau, pgs. 84-85. Paris: Librairie Armand Colin, 1970. CollectionU2.

¹⁹ Extraído de: <https://docs.google.com/file/d/oBzGVEiX5ibv7MTFmNV9FRFJjbVk/edit>, acesso em 08/01/2012.

²⁰ No original: *Clásicos de la criminología*. Textos reunidos e traduzidos por Luiz Rodríguez Manzanera, pgs. 135-136. México: Ubijus, 2006.

A divisão social do trabalho produz um exército de reserva. Este exército, composto de homens e mulheres desejam ao menos sobreviver, mesmo que fora da oficialidade e da moralidade estabelecidas. Tendo até que prostituir seus corpos, seus filhos e mesmo confrontando-se diretamente com a ordem estabelecida, criando assim, algo tido como “criminoso”. Assim essa própria divisão social do trabalho, que gira conforme a moral e as regras, produz o criminoso.

O crime, despido dos preconceitos, é um “filho bastardo” da divisão social do trabalho. Como diria Marx: “Não somente o crime é normal, mas é fácil provar que há nele boas utilidades.”. O crime cria uma capacidade produtiva, torna-se mais um ramo da produção social. Produz não somente a criminalidade, mas juntamente com ela toda atividade anticriminal, ou seja, uma diversidade de ocupações, que vão muito além da produção das leis (do político ao jurista), e de sua aplicação (o aparelho juridico-repressivo: juizes, policias, advogados, o complexo prisional, empresas de segurança privada, indústria de produtos de vigilância e repressão) etc.

Por decorrência disso, produz todo um desenvolvimento das forças produtivas, na elaboração de novas técnicas de combate às várias formas criminosas de afligir a “propriedade privada”. Cria a necessidade de produção de armas de combate e armas de prevenção, retira uma série de trabalhadores do exército de reserva para esses novos ramos necessários à manutenção da ordem, ou seja, o crime produz necessidades e a sociedade burguesa os meios de satisfazê-las.

“O criminoso interrompe a monotonia e a segurança da vida burguesa” e ao fazer isso faz surgir uma tensão que, para além do campo material da produção de armas de combate, faz surgir, todo um posicionamento, por parte da classe dominante, de enfrentamento perante esses, como gostam de falar, “bandidos”. Disso, nos dias de hoje, percebe-se muito claramente, através de, por exemplo, um estilo de reportagem sensacionalista, no qual a palavra de ordem é: “bandido bom é bandido morto!”.

Isso é lançado diariamente às massas trabalhadoras pela grande mídia, sendo a linha clara de telejornais, como, por exemplo, “Balanço Geral” da emissora Record de televisão. Onde os apresentadores com discursos rígidos, posturas intimidadoras e, às vezes, como “cereja do bolo”, segurando “porretes”, “ripas”, entre outros objetos, que utilizam para bater no estúdio, como sinal de indignação, perante toda essa “bandidagem”, e, principalmente, contra essas leis fracas, como por exemplo da “maioridade penal” – que segundo eles só servem para proteger os bandidos.

Estamos tangenciando uma polarização que aponta para o recrudescimento dos discursos em relação à defesa da ordem, nela os setores mais reacionários conseguem uma ampla abrangência para impor e generalizar suas idéias. Datena talvez tenha repetido tantas vezes em seu programa “Eu quero a ROTA na rua!” que conseguiu coloca-lá na Câmara de Vereadores da cidade de São Paulo²¹, sendo eleito, no último dia 07/10/2012, como o quinto deputado mais votado, obtendo a marca de 89 mil votos²², o ex-coronel da ROTA, o coronel Telhada.

Neste sentido, seguindo o raciocínio de Marx, tanto o coronel Telhada, quanto todos os membros da mídia especializada na cobertura sensacionalista de atividades criminosas são os exemplos personificados, em nosso presente, dos benefícios secundários do crime. Em outras palavras, são frutos do “crime”, só existem por causa da “criminalidade” – assim: Vivem do crime!

BENEFÍCIOS SECUNDÁRIOS DO CRIME.

Karl Marx.

*“Não somente o crime é normal, mas é fácil
provar que há nele boas utilidades”.*

Um filósofo produz as ideias, um poeta produz os versos, um curandeiro produz os sermões, um professor produz compêndios, etc. Um criminoso produz a criminalidade. Mas se os laços entre esse ramo dito criminal da produção e toda atividade produtiva da sociedade são examinados anteriormente, somos forçados a abandonar certo número de preconceitos. O criminoso produz não somente a criminalidade, mas, também, a lei criminal; ele produz o professor de direito, também os cursos de análise da lei criminal, da criminalidade e assim o inevitável livro sobre o qual o professor apresenta suas ideias, que é mais uma mercadoria no mercado. Ele

²¹ Cf. <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,ex-policiais-da-rot-a-eleitos-em-sp-somam-77-mortes,942652,0.htm>, acesso em 08/01/2013.

²² Cf. <http://g1.globo.com/sao-paulo/eleicoes/2012/noticia/2012/10/ex-chefe-da-rot-a-se-diz-comovido-com-o-5-lugar-na-camara-de-sp.html>, acesso em 08/01/2013.

resulta num crescimento dos bens materiais, sem contar o lucro que o autor retira do dito livro²³.

No mais, o criminoso produz todo aparelho policial, assim como, a administração da justiça, detetives, juízes, júri, etc. todas essas profissões diferentes, que do mesmo modo constituem categorias na divisão social do trabalho, desenvolvendo as habilidades diversas do espírito humano, criando novas necessidades e novos meios de satisfazê-las. A tortura, por exemplo, permite a invenção de técnicas muito engenhosas, empregando uma multidão de honestos trabalhadores na produção desses instrumentos.

O criminoso produz uma impressão tanto moral, quanto trágica, assim, presta um “serviço” picante aos vivos sentimentos morais e estéticos do público. Ele não produz somente os livros de direito criminal, a lei criminal, assim como seus legisladores, mas, também, a arte, a literatura, os romances e os dramas trágicos quando o tema se refere à criminalidade, tal qual *O Édipo* e *Richard III*, ou *Die Räuber* de Schiller, etc. O criminoso interrompe a monotonia e a segurança da vida burguesa. Ele a protege assim contra a estagnação e faz emergir esta tensão à flor da pele, esta mobilidade e o espírito, sem o qual o estímulo da competição seria mais estreito. Dá assim um novo impulso às forças produtivas. O crime retira do mercado de trabalho uma porção excedente da população, diminui a competição entre os trabalhadores e até, em certo limite, põe um freio à diminuição dos salários. A guerra contra o crime, por sua vez, absorve uma outra parte dessa mesma população. O criminoso aparece assim como uma dessas “forças equilibrantes” naturais que estabilizam uma justa balança e abrem as portas de muitas ocupações ditas “úteis”.

A influência do criminoso sobre o desenvolvimento das forças produtivas pode ser detalhada. Será que a profissão de serralheiro teria atingido tal grau de perfeição se não fosse por causa dos ladrões? Será que a fabricação dos cheques bancários teria atingido tal grau de excelência se não fosse pelo gatuno? Será que o microscópio teria penetrado com tal eficácia no mundo comercial se não ocorresse todo dia a falsificação da moeda? O desenvolvimento da química aplicada, se não houvesse a falsificação de mercadorias, teria tamanho esforço honesto? O crime produz o desenvolvimento sem fim de novos meios de atacar a propriedade, força, portanto, a invenção de novos

²³ Na versão espanhola que circula na internet, essa última frase está da seguinte forma: “Lo cual contribuye a incrementar la riqueza nacional, aparte de la fruición privada que, según nos hace ver, un testigo competente, el señor profesor Roscher, el manuscrito del compendio produce a su propio autor”.

meios de defesa e esses produzem também grandes invenções da maquinaria industrial.

Deixando o domínio do crime privado, tomando o mercado mundial, será que as nações mesmo existiriam, se não fosse o fato dos crimes nacionais? A árvore do mal não é a mesma árvore do saber dos tempos de Adão? O dia em que o Mal desaparecer, a sociedade se corromperá, caso não venha a desaparecer!

DOCUMENTOS HISTÓRICOS DO MOVAVT

POR UMA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES

(Texto publicado originalmente no Jornal Autogestão)

O atual período histórico abre amplas perspectivas para uma rearticulação do movimento revolucionário dos trabalhadores. Na verdade, a situação atual anuncia uma nova grande crise do capital e a estratégia ofensiva da burguesia convivendo com um crescimento da rearticulação do movimento autônomo dos trabalhadores possibilitam a articulação nacional e internacional dos grupos revolucionários e dos trabalhadores. Por isso, torna-se urgente realizar as articulações para a formação de uma organização de nível nacional dos agrupamentos revolucionários, mantendo a autonomia de cada uma destes agrupamentos. A autonomia dos grupos revolucionários locais é necessária para não haver a burocratização da organização nacional. Por isso, o Movimento Autogestionário vem propondo a formação de uma Federação de Movimentos Revolucionários (cujo nome pode ser este ou qualquer outro) e de uma Associação Nacional dos Trabalhadores. Essas duas organizações a nível nacional realizariam uma articulação visando reforçar a luta dos trabalhadores, tornando-se uma alternativa ao reformismo e ao bolchevismo, numa perspectiva autogestionária.

O neoliberalismo, a reestruturação produtiva, a formação de blocos econômicos, entre outros fatores, demonstram a reação do capital diante das dificuldades que vem encontrando para manter a acumulação capitalista. Hoje, vivemos um momento de pré-crise do capitalismo. Neste contexto, há uma radicalização do movimento operário e demais movimentos sociais e setores da sociedade. É neste momento que as forças revolucionárias se tornam mais atraentes para a população, mas sua debilidade e desunião faz com que se organize tardiamente e num processo de convergência e divergência, o que torna sua ação de apoio a luta operária deficiente, enquanto que a extrema-direita se prepara para o confronto mais rápida e unificadamente. Isto ocorre por causa de seus recursos financeiros superiores e também devido ao medo da ação das massas, que logo provoca sua unificação.

Cabe a esquerda revolucionária se articular no sentido de não deixar passar mais uma oportunidade histórica de se fortalecer a luta operária e criar uma nova onda de autonomização da classe operária visando romper com a sociedade capitalista. Trata-se de re-organizar o movimento revolucionário e construir uma organização nacional dos trabalhadores que rompa com o burocratismo, com o reformismo, com a participação na democracia burguesa e com qualquer proposta de conciliação de classes, ou seja, que tenha uma estrutura, estratégia, composição social, diferente de instituições burocráticas que dizem representar os trabalhadores, tal como a CUT, CGT,

etc. A formação de conselhos de trabalhadores objetivando construir uma Associação Nacional dos Trabalhadores é, portanto, uma tarefa atual do movimento revolucionário. O Movimento Autogestionário lança este convite a todos os grupos (anarquistas, marxistas autogestionários, autonomistas) e indivíduos para discutir essa construção. Esperando que tal proposta seja uma semente de dragões, o Movimento Autogestionário está aberto para discutir com todos que quiserem participar desta luta pela unificação da esquerda revolucionária e dos trabalhadores. A semente já foi lançada!